



magazineluiza
vem ser feliz



MAGAZINE LUIZA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21
NIRE 35.300.104.811

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DO MAGAZINE LUIZA S.A. DE 30 DE ABRIL DE 2012**

Horário: 10:00hrs



magazineluiza
vem ser feliz



ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária	4
3. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária	5
4. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária	8
5. Assembleia Geral Ordinária	10
5.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.	10
5.2. Destinação do Lucro do Exercício	10
5.3. Eleição dos membros do Conselho de Administração	11
5.4. Remuneração Global dos Administradores da Companhia	12
6. Modelo de Procuração	13
ANEXOS	15
ANEXO I - Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	16
ANEXO II - Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09	23
ANEXO III - Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09	83
ANEXO IV - Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09	99



magazineluiza
vem ser feliz



1. Apresentação

MAGAZINE LUIZA S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21

NIRE 35.300.104.811

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO MAGAZINE LUIZA S.A. DE 30 DE ABRIL DE 2012

O presente manual (“Manual”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária do Magazine Luiza S.A. (“Companhia” ou “Magazine Luiza”), que será realizada no próximo dia 30 de abril de 2012, às 10 horas (“Assembleia”), na sede da Companhia, localizada na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1465, Centro, conforme Edital de Convocação divulgado (“Edital de Convocação”), as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento. Este Manual foi elaborado pela Administração da Companhia com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas, bem como submeter a sua apreciação, de acordo com as determinações legais e estatutárias, as matérias objeto da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz



2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária

De acordo com o Artigo 132 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), as sociedades anônimas devem realizar a Assembleia Geral Ordinária, anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;
- (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (iv) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Acionistas representando, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia, advogado ou, na companhia aberta, instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.



magazineluiza
vem ser feliz



3. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

Para participar da Assembleia Geral Ordinária, os Senhores Acionistas deverão provar sua qualidade de acionista, conforme o artigo 126 da Lei 6.404/76 (“LSA”), mediante a apresentação dos seguintes documentos: (i) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; (ii) documento de identidade com foto, para o Acionista pessoa física, e os documentos que comprovem os poderes de representação, para o Acionista pessoa jurídica; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista por meio de procurador, outorgado há menos de 1 (um) ano a acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 126, da LSA.

Os documentos firmados no exterior deverão ser notariados e legalizados perante a Embaixada ou Consulado do Brasil do local de emissão.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução Normativa CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM nº 481/09”).

Lembramos que, de acordo com artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas representados por procurador deverão depositar o referido instrumento de procuração na sede da Companhia até 24 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.



magazineluiza
vem ser feliz



Os documentos mencionados acima devem ser enviados para a sede da Companhia, no seguinte endereço:

Magazine Luiza S.A.
Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro
Franca - São Paulo/ SP
CEP 14400-490

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se que o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação, remetendo tais documentos por fax (11 - 3504-2955), ou por e-mail (ri@magazineluiza.com.br), em atenção ao Departamento Jurídico e/ou à Diretoria de Relação com Investidores.

Esclarecimentos adicionais:

Em consonância com a Instrução CVM 481/09, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na Assembleia Geral Ordinária estão anexos a este Manual e disponíveis nos seguintes endereços da rede mundial de computadores:

- (i) <http://www.cvm.gov.br>;
- (ii) <http://www.bmfbovespa.com.br>; e
- (iii) <http://www.magazineluiza.com.br>.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Para auxiliar os Acionistas, representados por procuradores, que decidirem participar da Assembleia, apresentamos no item 6 deste Manual um modelo de Procuração a ser adotado ao exclusivo critério do Acionista.

São Paulo, 30 de março de 2012.

Joaquim Francisco de Castro Neto
Presidente do Conselho de Administração



magazineluiza
vem ser feliz



4. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 47.960.950/0001-21
NIRE 35.300.104.811

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas do Magazine Luiza S.A (“Magazine Luiza” ou “Companhia”) convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2012, às 10:00 horas, na sede da Companhia, no Município de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, 1465, Centro, quando os senhores acionistas serão chamados a deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;
- (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

Informações Gerais:

Documentos à Disposição dos Acionistas: Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009.



magazineluiza
vem ser feliz



Eleição dos membros do Conselho de Administração: Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM 481/09 e para os efeitos da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 141, da Lei 6.404/76.

Participação na Assembleia: Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: **(a)** além do documento de identidade, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e **(b)** se for o caso, instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76. Na hipótese de representação por procurador, nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão depositar o respectivo instrumento de procuração na sede social até 24 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Apresentação dos documentos para participação na Assembleia: Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se que o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato sejam depositados na sede da companhia, no Município de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, 1465, Centro, aos cuidados do Departamento Jurídico, no horário compreendido entre as 09:00 e 18:00 horas, de segunda a sexta, até, no máximo, 24 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

São Paulo, 30 de março de 2012.

Joaquim Francisco de Castro Neto
Presidente do Conselho de Administração



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

5. Assembleia Geral Ordinária

5.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 77 a 89) e no jornal Valor Econômico (páginas E19 a E24), ambos no dia 23 de março de 2012, dispensada, portanto, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76.

5.2. Destinação do Lucro do Exercício: A administração da Companhia propõe a destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011, nos termos do sumário abaixo e conforme Anexo I do presente Manual.

Destinação	Valor – R\$
Lucro Líquido	11.666.000,00
Reserva Legal – 5%	583.300,00
Dividendos Totais – 25%	2.770.664,00
Reserva de Reforço de Capital de Giro	8.312.036,00

A Administração propõe à Assembleia, caso seja aprovada a proposta de distribuição dos dividendos, que o pagamento seja efetuado em até 60 (sessenta) dias a contar da aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, com base na posição acionária de 30/04/2012, sendo as ações negociadas “ex” esses dividendos a partir de 01/05/2012, inclusive.



magazineluiza
vem ser feliz



Em atendimento às disposições da Instrução CVM nº 481/09, o Anexo 9.1.II da referida instrução foi divulgado em 30/03/2012, via Sistema IPE, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA e disponibilizado no site da Companhia, constando do Anexo I deste Manual.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo II deste Manual.

5.3. Eleição dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é constituído por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 7 (sete membros), eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Conforme artigo 4º da Instrução CVM 481/09, e Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 141, da Lei 6.404/76.

Propõe-se a reeleição dos atuais membros, mantendo-se, assim, a seguinte composição do Conselho de Administração da Companhia:



magazineluiza
vem ser feliz



Presidente e Conselheiro Independente

JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO

Vice-Presidente

LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES

Conselheiros Efetivos

ONOFRE DE PAULA TRAJANO

JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI

CARLOS RENATO DONZELLI

Conselheira Independente

INÊS CORRÊA DE SOUZA

Em observância ao disposto na Instrução CVM nº 480/09, os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, contendo informações sobre os administradores, estão descritos no Anexo III deste Manual.

5.4. Remuneração Global dos Administradores da Companhia

Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

O Conselho de Administração propõe a manutenção da verba remuneratória para o exercício de 2012 em R\$6.496.894,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais).

Em observância ao disposto na Instrução CVM 481/09, o item 13 do Formulário de Referência, relativo à remuneração dos administradores, consta no Anexo IV do presente Manual.



magazineluiza
vem ser feliz



6. Modelo de Procuração

PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento de procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], (“Outorgante”), nomeia o Sr. [PROCURADOR],[NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no Registro Geral sob o nº [●] e no CPF sob nº [●], residente e domiciliado na Cidade de [●], Estado do [●], com escritório na [●], CEP [●], na Cidade de [●], Estado de [●], como seu procurador, outorgando poderes para representar o Outorgante, na qualidade de acionista, titular de ____ ações ordinárias nominativas, do **MAGAZINE LUIZA S.A.** (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 30 de abril de 2012, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, nº 1465, Centro, na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[Cidade,] ____ de _____ de 2011.

[ACIONISTA]



Orientação de Voto	
Matéria da Ordem do Dia	Voto Favorável ou Contrário à Proposta do Conselho de Administração (O Acionista deve marcar ao lado do sentido de voto escolhido)
1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011	<input type="checkbox"/> Favor <input type="checkbox"/> Contra <input type="checkbox"/> Abstenção
2. Proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011	<input type="checkbox"/> Favor <input type="checkbox"/> Contra <input type="checkbox"/> Abstenção
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para um novo mandato anual	<input type="checkbox"/> Favor <input type="checkbox"/> Contra <input type="checkbox"/> Abstenção
4. Fixação da verba destinada à remuneração global anual dos Administradores da Companhia	<input type="checkbox"/> Favor <input type="checkbox"/> Contra <input type="checkbox"/> Abstenção

[ACIONISTA]



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXOS

<u>Anexo I</u>	Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09
<u>Anexo II</u>	Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09
<u>Anexo III</u>	Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09
<u>Anexo IV</u>	Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO I

ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e tendo em vista o encerramento do exercício social em 31/12/2011, apresentamos abaixo a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, de acordo com as informações indicadas no Anexo 9-1-II:

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 11.666.000,00

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos no exercício 2011 foi de R\$ 2.770.664,00 resultando em um valor bruto por ação de R\$ 0,014857.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia deliberou a distribuição na forma de dividendos, de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das S/As (Lei 6.404/76), ou seja, já reduzido em 5% da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R\$ 15.335.000,00 (Dividendos referentes ao exercício 2010) Por ação: R\$ 0,102233

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

A Companhia possui 186.494.467 ações, todas ações ordinárias. Valor bruto de dividendo por ação: R\$ 0,014857.



magazineluiza
vem ser feliz



b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

A Administração propõe que os dividendos sejam pagos em até 60 (sessenta) dias após a aprovação pela Assembleia, conforme faculta o artigo 205, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente, conforme estabelece o Artigo 38 do Estatuto Social da Companhia.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Propor-se-á à Assembleia Geral Ordinária, caso seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos, que o pagamento dos dividendos seja efetuado em até 60 dias de sua declaração, com base na posição acionária de 30/04/2012, sendo as ações negociadas “ex” esses dividendos a partir de 01/05/2012, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de				
	2011	2010	2009	2008
Lucro Líquido	11.666.000,00	68.834.000,00	(92.706.900,00)	(76.646.000,00)
Dividendos distribuídos	2.770.664,00	15.335.000,00	-	-
Valor por Ação	0,014857	0,102233	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A Administração destinará R\$ 583.300,00 para a reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, valor este que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Cálculo da Reserva Legal	
Lucro líquido	11.666.000,00
Reserva legal - 5%	583.300,00

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.



c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 34 do Estatuto Social.

Cálculo dos Dividendos Obrigatórios e Reserva Legal	Valor – R\$
Lucro líquido	11.666.000,00
Reserva legal - 5%	583.300,00
Lucro líquido sem reserva legal	11.082.700,00
Dividendos obrigatórios - 15%	1.662.405,00
Dividendos declarados – 25%	2.770.664,00

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBovespa

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz



13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Destinou-se à reserva de retenção de lucros o montante de R\$ 8.312.036,00.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não Aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Artigo 33, parágrafo § único, item c), do Estatuto Social da Companhia, estabelece que, após deduzida a reserva legal e pago o dividendo mínimo obrigatório, o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Destinou-se à reserva de reforço de capital de giro o montante de R\$ 8.312.036,00.

c. Descrever como o montante foi calculado

Descrição	Valor – R\$
Lucro Líquido	11.666.000,00
Reserva Legal – 5%	<u>583.300,00</u>
Dividendos Totais – 25%	<u>2.770.664,00</u>
Reserva de Reforço de Capital de Giro - Total ----->	8.312.036,00



magazineluiza
vem ser feliz



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



ANEXO II

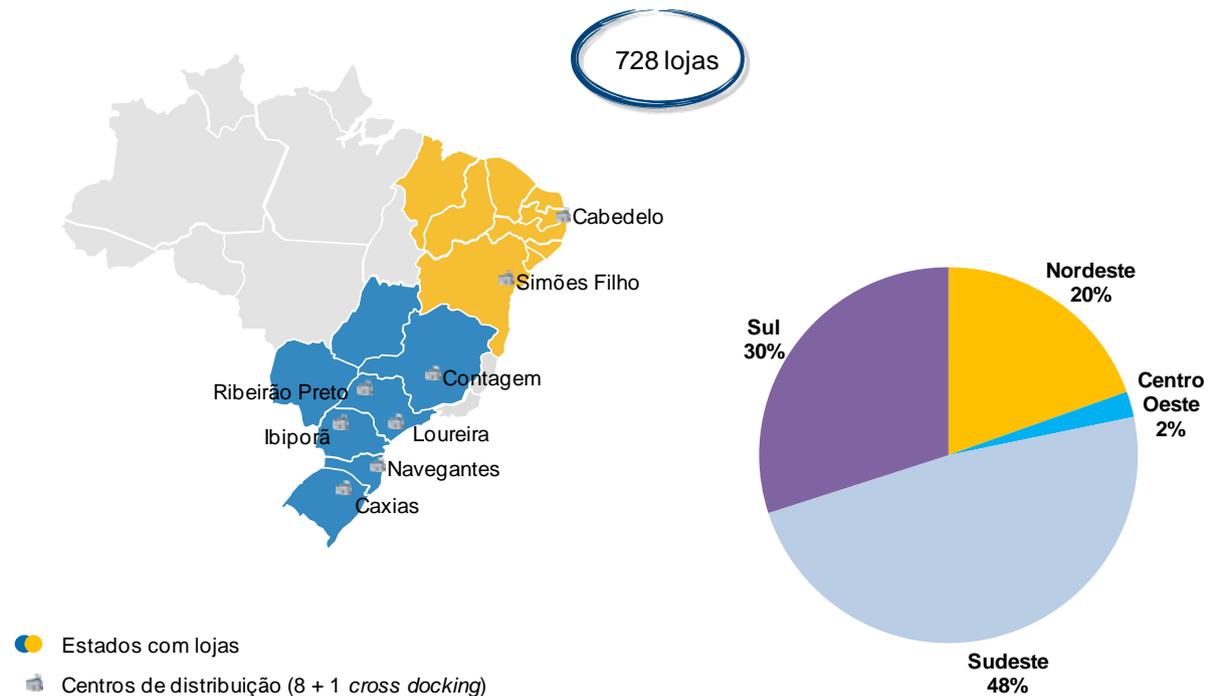
Item 10 do Formulário de Referência **Instrução CVM nº 480/09**

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

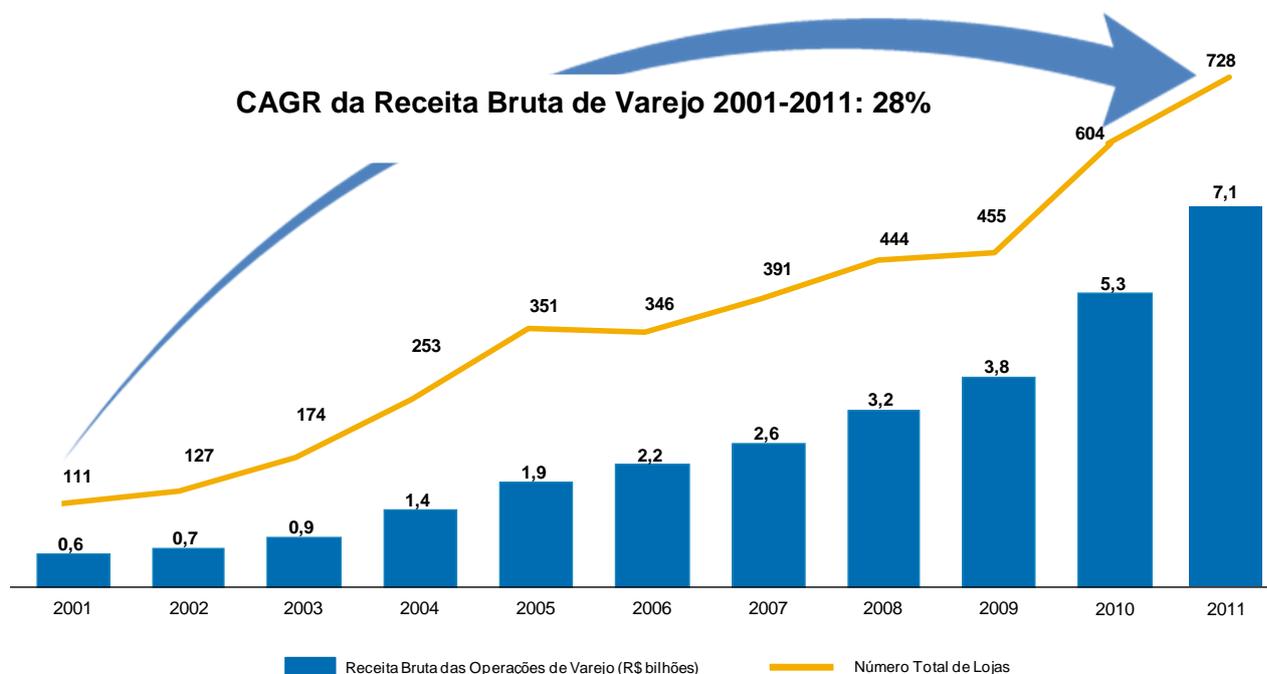
O Magazine Luiza é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e com grande presença nas classes populares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia operava 728 lojas e nove centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros, cujas economias correspondem a 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 26 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 23 milhões de clientes.



Nos últimos 10 anos, a taxa anual composta de crescimento da receita bruta de operações de varejo foi de 28%, conforme indica o gráfico abaixo. Nesse período, a Companhia apresentou crescimento acima de dois dígitos em todos os anos, mesmo em momentos de crise econômica.



Evolução da Receita Bruta das Operações de Varejo (em R\$ bilhões) e do Número de Lojas



A Companhia busca proporcionar uma experiência de compra diferenciada por meio de uma diversificada plataforma de vendas, consistente nos seguintes canais: (i) 624 lojas convencionais, que contam com mostruário físico e estoque próprio; (ii) 103 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de computadores com o auxílio de vendedores e sistema multimídia, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias nas lojas; (iii) 1 site (www.magazineluiza.com.br), que oferece conteúdo, serviços diferenciados e produtos exclusivos para este canal; (iv) televendas e (v) vendas corporativas.

PRINCIPAIS INDICADORES 2011

R\$ milhões (exceto quando indicado)	12M11	12M10	Var(%)
Receita Bruta Total	7.601,3	5.692,0	33,5%
Receita Líquida Total	6.419,4	4.808,0	33,5%
EBITDA	300,6	319,9	-6,0%
Margem EBITDA	4,7%	6,7%	-2,0 pp
EBITDA Ajustado	346,3	319,9	8,3%
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	6,7%	-1,3 pp
Lucro Líquido	11,7	68,8	-83,1%
Margem Líquida	0,2%	1,4%	-1,2 pp
Lucro Líquido Ajustado	55,5	68,8	-19,4%
Margem Líquida Ajustada	0,9%	1,4%	-0,6 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas	16,5%	29,0%	-
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	13,1%	24,7%	-
Crescimento nas Vendas Internet	44,4%	75,0%	-
Quantidade de Lojas - Final do Período	728	604	20,5%
Área de Vendas - Final do Período (M ²)	454.045	400.112	13,5%
Área Média por Loja - Final de Período (M ²)	624	662	-5,8%
Base Total de Cartões Luizacred (mil)	4.426	3.287	34,6%



magazineluiza
vem ser feliz



DESTAQUES 2011

O ano de 2011 foi considerado um período de grandes iniciativas e conquistas para a Companhia, notadamente pelo expressivo crescimento em vendas, pela abertura do capital da Companhia, pela consolidação do escritório de negócios em São Paulo e pelos significativos investimentos em expansão e reforma de lojas, em logística e tecnologia:

Crescimento Expressivo em Vendas

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza em 2011 foi de R\$7,6 bilhões, crescendo 33,5% em relação ao ano de 2010. O crescimento no conceito mesmas lojas foi de 16,5%, o que representa ganhos relevantes de *market-share*. As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R\$821,1 milhões em 2011. Adicionalmente, o faturamento da Lojas Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R\$1,0 bilhão.

Crescimento Sustentável

A Companhia apresentou um crescimento sustentável em todos os trimestres, apesar da desaceleração da economia, notadamente no segundo semestre de 2011, e de uma política mais conservadora na aprovação de crédito pela Luizacred. A margem bruta consolidada se manteve nos patamares projetados para 2011, destacando o esforço em crescer o *market-share* sem afetar a rentabilidade comercial. Além disso, a Companhia manteve sua disciplina financeira, limitando as vendas sem juros.

Consolidação do Escritório de São Paulo

A Companhia realizou a transferência, em outubro de 2010 e janeiro de 2011, de 350 colaboradores e suas famílias de Franca para São Paulo. O ano de 2011 representou a consolidação e o pleno funcionamento do novo escritório de negócios, impactando as despesas administrativas no curto prazo. No entanto, essa mudança foi extremamente importante para a sustentabilidade e o futuro da Companhia, sendo que tais custos serão diluídos no médio prazo com o aumento das vendas e a incorporação das redes adquiridas.

Abertura do Capital da Companhia

Em junho de 2011, a Companhia finalizou o processo de IPO, um passo muito importante para a sua trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para seus acionistas. Com o IPO, mais de mil funcionários puderam se tornar acionistas da Companhia, reforçando a sua forte cultura corporativa.



magazineluiza
vem ser feliz



Investimentos e Expansão

O Magazine Luiza inaugurou 124 lojas em 2011, passando de 604 em 2010 para 728 lojas em dezembro de 2011, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú. Dessa forma, a Companhia antecipou seu plano de investimentos em cerca de dois anos. Além disso, foram reformadas e remodeladas 124 lojas, incluindo 39 lojas no Nordeste, onde foi iniciado o processo de virada da marca de Lojas Maia para Magazine Luiza.

Em função de todos os investimentos realizados, a Companhia elevou o nível de despesas operacionais em 2011, afetando a sua rentabilidade final, impactada pelos seguintes principais fatos:

Aquisição das Lojas do Baú

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2011 com 103 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade. Os resultados de 2011 foram impactados em decorrência de:

- Desembolso inicial no valor de R\$80,3 milhões pela aquisição;
- Despesas extraordinárias de R\$30,8 milhões, relacionadas a pessoal, aluguel das lojas e centros de distribuição, marketing e treinamento, principalmente no período em que as lojas permaneceram fechadas;
- Investimentos de R\$10,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Processo de Integração da Lojas Maia

A Companhia, dando continuidade ao processo de integração da Lojas Maia, realizou a virada da marca nas regiões metropolitanas do Recife, em outubro, Maceió e Fortaleza, em dezembro. A antecipação da virada da marca teve como objetivo o fortalecimento do Magazine Luiza nas principais regiões metropolitanas do Nordeste, que apresenta um crescimento acima da média do país. Os principais impactos nos resultados de 2011 foram:

- Redução das vendas das lojas que permaneceram parcialmente fechadas durante o período de reforma;
- Despesas extraordinárias no valor de R\$18,0 milhões, relacionadas às liquidações de estoques, marketing, viagens, treinamentos da equipe, dentre outras;
- Investimentos de R\$49,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Investimentos em Infraestrutura

O Magazine Luiza realizou importantes investimentos em infraestrutura, notadamente em logística e tecnologia, de R\$71,0 milhões, incluindo o início das obras de expansão do centro de distribuição de



magazineluiza
vem ser feliz



Louveira, de 60 mil m² para 95 mil m², com conclusão prevista para 2T12. Além dos investimentos fixos, a Companhia teve despesas extraordinárias de R\$29,6 milhões, relacionadas a consultorias e despesas de integração das redes adquiridas. Tais gastos contribuíram para garantir o sucesso das integrações da Lojas Maia e do Baú, o expressivo crescimento das vendas no final do ano e na Liquidação Fantástica, realizada na primeira semana de 2012, simultaneamente em 728 lojas.

Resultados da Luizacred

Com a migração da plataforma de cartão crédito para o Itaú Unibanco, novas práticas foram adotadas na Luizacred, de forma que o reconhecimento de receitas passou a ser mais conservador, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa substancialmente maiores do que o previsto e a taxa de aprovação de crédito reduzida em mais de 10 pontos percentuais, apesar da melhora dos indicadores de atraso.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2011, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$620,9 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido era de R\$420,0 milhões. A predominância do capital de terceiros na nossa estrutura de capital é resultado da nossa opção por acelerar nosso crescimento, de forma a maximizar o valor para os nossos acionistas. Consideramos também que as receitas diferidas são parte importante do financiamento dos nossos negócios, uma vez que os recursos recebidos decorrentes de parcerias foram utilizados para reduzir nosso endividamento e financiar nosso crescimento.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Empréstimos e Financiamentos Circulantes	129,7	108,8	168,1
Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	33,6	0,0
Empréstimos e Financiamentos Não Circulantes	581,7	666,1	527,7
Endividamento Bruto (A)	711,3	808,5	695,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	173,1	328,9	192,4
Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	75,0	46,7	39,2
Títulos e Valores Mobiliários Não Circulantes	43,3	32,0	24,0
Caixa e Aplicações (B)	291,3	407,6	255,6
Endividamento Líquido (A) - (B) (1)	420,0	400,9	440,2
Receitas Diferidas	318,4	322,0	272,8
Patrimônio Líquido	620,9	47,4	(6,1)

(1) O Endividamento Líquido corresponde a empréstimos e financiamentos circulante e não circulante mais financiamentos de aquisições, subtraído do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulante e não circulante. Outras companhias podem calcular o Endividamento Líquido de maneira diferente da Companhia.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cumprimos com todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiro. No exercício de 2012, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela abaixo ilustra a reconciliação entre o nosso lucro (prejuízo) líquido e o EBITDA:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11,7	68,8	(92,7)
(+) Imposto de renda e contribuição social	36,3	41,1	(43,9)
(+) Resultado financeiro líquido	165,7	141,5	140,6
(+) Depreciação e amortização	86,9	68,5	60,6
EBITDA ⁽¹⁾	300,6	319,9	64,6
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	4,7%	6,7%	1,9%
<hr/>			
EBITDA	300,6	319,9	64,6
Receitas extraordinárias	(32,6)	-	-
Despesas extraordinárias	78,3	-	-
Ajuste receitas diferidas	-	-	-
EBITDA ajustado ⁽¹⁾	346,3	319,9	64,6
<hr/>			
Lucro Líquido	11,7	68,8	(92,7)
Resultado extraordinário	45,7	-	-
IR/CS s/ resultado extraordinário	(15,6)	-	-
Créditos de IR/CS não aproveitados	13,6	-	-
Lucro Líquido ajustado	55,5	68,8	(92,7)

⁽¹⁾ Calculamos o EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) como o lucro (prejuízo) líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras e da depreciação e amortização. Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado com alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade. *Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.*



magazineluiza
vem ser feliz



Em 2011, alcançamos EBITDA ajustado de R\$346,3 milhões, com margem EBITDA de 5,4%. No mesmo período, nossa dívida líquida era de R\$420,0 milhões, representando 1,2 vezes nosso EBITDA ajustado. Adicionalmente, alteramos o perfil de nossos financiamentos, privilegiando os empréstimos de longo prazo, que representavam 82% do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2011.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	129,7	108,8	168,1
(+) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia (circulante)	-	33,6	0,0
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	581,7	666,1	527,7
(=) Endividamento Bruto	711,3	808,5	695,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa	173,1	328,9	192,4
(-) Títulos e valores mobiliários circulantes	75,0	46,7	39,2
(-) Títulos e valores mobiliários não circulantes	43,3	32,0	24,0
(=) Endividamento Líquido	420,0	400,9	440,2
Endividamento de curto prazo / Endividamento Bruto	18%	18%	24%
Endividamento de longo prazo / Endividamento Bruto	82%	82%	76%
EBITDA ajustado	346,3	319,9	64,6
Dívida Líquida / EBITDA	1,2 x	1,3 x	6,8 x

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos, em ativos não circulantes, utilizadas

Nosso capital de giro é financiado principalmente por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos decorrentes da substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda, bem como com o financiamento garantido pelo Itaú Unibanco para a Luizacred financiar nossos clientes (depósitos inter financeiros).

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa (nossa e também de nossas controladas em conjunto e subsidiárias) e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha.



magazineluiza
vem ser feliz



A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital de giro:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Ativo Circulante	3.567,1	2.895,6	2.011,2
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(173,1)	(328,9)	(192,4)
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	(75,0)	(46,7)	(39,2)
Subtotal	3.319,0	2.520,0	1.779,6
Passivo Circulante	3.167,1	2.685,9	1.837,3
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	(129,7)	(108,8)	(168,1)
(-) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	(33,6)	0,0
(-) Receitas Diferidas	(24,1)	(26,0)	(55,0)
(-) Dividendos a Pagar	(1,7)	-	-
Subtotal	3.011,6	2.517,5	1.614,2
Capital de Giro	307,3	2,5	165,4

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital fixo:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Contas a receber	9,4	18,7	24,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	168,2	162,5
Outros ativos	139,8	79,8	27,1
Imobilizado	489,9	358,8	297,8
Intangível	448,9	374,6	86,7
Contas dos Ativos não circulantes (A)	1.267,0	1.000,1	598,9
Depósitos interfinanceiros	-	4,0	4,3
Impostos parcelados	4,4	6,3	12,9
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	182,0	26,3
Provisões técnicas de seguros	17,9	20,8	12,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	13,7	0,0
Outras contas a pagar	6,9	5,4	1,4
Contas dos Passivos não circulantes (B)	213,3	232,2	57,1
Capital Fixo (A) - (B)	1.053,6	767,9	541,8

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional e de nossas controladas em conjunto e subsidiárias é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.



magazineluiza
vem ser feliz



f. *Níveis de endividamento e características de tais dívidas*

i. *contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Grande parte do nosso endividamento é composta por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é a garantia de recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, capital de giro e aquisições. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, os nossos empréstimos e financiamentos apresentavam saldo de R\$711,3 milhões, R\$774,9 milhões e R\$695,8 milhões, respectivamente.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos nossos recebíveis, fianças bancárias, hipoteca e avais/fianças de acionistas.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados:

Modalidade	Encargo	Vencimento final	Exercício encerrado em 31/dez de		
			2011	2010	2009
BNDES	TJLP + 2,38%aa IPCA + 8,91%aa	dez/13	32.297		
			658.646	50.338	76.350
Capital de Giro	107,5% a 118,8% CDI	ago/15	20.392	709.876	608.030
Arrendamentos Mercantis Financeiros	CDI/TJLP/LIBOR	dez/19		14.659	11.460
Total			711.335	774.873	695.840
Passivo circulante			129.671	108.758	168.122
Passivo não circulante			581.664	666.115	527.718

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2011.

Banco do Brasil

- *Contrato de Abertura de Crédito (FINBENS)*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A. (FINBENS), em 19 de setembro de 2007, com um limite de crédito de R\$300,0 milhões.

- *Contratos de Abertura de Créditos Fixos*

O Magazine Luiza celebrou quatro Contratos de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A., em 19 de março de 2009, 14 de abril de 2009, 13 de maio de 2009 e 08 de julho de 2009, com o valor total de R\$150,0 milhões.

Em 01 de agosto de 2011, os saldos devedores de Créditos Fixos e FINBENS foram consolidados e ratificados. Os prazos de vencimentos alterados para 17 de agosto de 2015.

As amortizações de principal passaram a ter carência de pagamento de 30 (trinta) meses a contar da data de consolidação e ratificação, sendo amortizados em quatro parcelas semestrais a partir



magazineluiza
vem ser feliz



de 17 de fevereiro de 2014. Os pagamentos de juros serão feitos semestralmente a partir da data de consolidação e ratificação.

O contrato é garantido por fiança da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e dos acionistas Luiza Helena Trajano Inacio Rodrigues e Wagner Garcia da Silva Junior, além de hipoteca de um de nossos centros de distribuição e cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Os contratos poderão ser declarados antecipadamente vencidos, no caso das hipóteses usuais de mercado.

- *Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira*

A F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) celebrou com o Banco do Brasil S.A., em 17 de dezembro de 2010, dois Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças (“Contratos de Empréstimo Internacional - BB”) nos valores de USD 54,2 milhões e USD 16,4 milhões, respectivamente. O saldo devedor e os contratos são garantidos por cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos contratos de *swap* com o Banco do Brasil S.A., os quais substituem o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, pela variação do CDI + spread, em moeda local.

Os contratos têm estruturas semelhantes e serão amortizados em nove parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira parcela em 24 de junho de 2012.

Os contratos poderão ser declarados antecipadamente vencidos, no caso das hipóteses usuais de mercado.

Banco Bradesco

- *Contratos de Empréstimo*

O Magazine Luiza celebrou o Contrato de Empréstimo com o Bradesco S.A., New York Branch, em 14 de dezembro de 2010, no valor de USD60,0 milhões.

Este contrato é garantido por nota promissória do Magazine Luiza, aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e por cessão de direitos creditórios dos recebíveis das bandeiras Amex (originados no Magazine Luiza e na Lojas Maia) e Hipercard (originados na Lojas Maia).

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos um contrato de *swap* com o Banco do Bradesco S.A., o qual substitui o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, pela variação do CDI + spread, em moeda local.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- *Contrato de Financiamento - BNDES*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 08.2.0171.1, em 14 de julho



magazineluiza
vem ser feliz



de 2008, com o valor principal de R\$76,5 milhões, constando de três subcréditos (subcrédito A no valor de R\$51,3 milhões, subcrédito B no valor de R\$22,0 milhões e subcrédito C, no valor de R\$3,2 milhões).

Este contrato é garantido por cartas fiança, emitidas pelo Banco do Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., HSBC Bank Brasil S.A. e Itaú BBA.

Os pagamentos dos valores principais dos subcréditos serão efetuados em parcelas mensais e anuais, no período de 15 de agosto de 2009 a 15 de dezembro de 2013.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado, ou, no caso da existência de pessoa que exerça função remunerada na empresa que venha ser diplomada como Deputado(a) Federal ou Senador(a).

O nosso endividamento de curto e longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2010, está assim distribuído ao longo do tempo:

Contrato de Empréstimo	Pagamentos devidos por período (em reais mil)				
	Total	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos
Total	711.335	129.672	348.029	233.634	-

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos sólidas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros. Para maiores informações sobre estes contratos, consulte item 7.8 (a) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, principalmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2011, cumprimos com as obrigações acessórias (“covenants”), que restringiam os limites e a contratação de novas dívidas, constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras. Essas obrigações acessórias referem-se ao atingimento de índices financeiros, que possuem vencimentos no ano de 2012, conforme descrito abaixo:

Contrato Banco do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido;
---------------------------------	---



magazineluiza
vem ser feliz



- manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada¹ / EBITDA não superior a 3,0 vezes, sendo apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; e

- apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.

¹ Dívida Financeira Líquida Ajustada entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Comprar e Vender, menos disponibilidades e contas a receber de cartões de crédito.

² Dívida Líquida entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Comprar e Vender, menos disponibilidades.



magazineluiza
vem ser feliz



g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos um total de R\$711,3 milhões de empréstimos tomados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e o Relatório dos Auditores Independentes também se encontra anexo às Demonstrações Financeiras Anuais Completas, e possui parágrafo de ênfase quanto a preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Descrição das principais linhas do nosso resultado

- **Receita Líquida**

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações financeiras; e (iii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

As receitas de revenda de mercadorias são geradas por todas as nossas lojas, incluindo a nossa subsidiária Lojas Maia. A contabilização das receitas é feita quando da entrega das mercadorias aos clientes e a titularidade legal das mercadorias é transferida aos clientes. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto Luizacred, e compreendem principalmente as atividades de crédito direto ao consumidor, cartões de crédito e empréstimo pessoal. A contabilização dos juros é realizada conforme a taxa de juros, o prazo e o saldo devedor de cada financiamento, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, ou BACEN. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e incluem a venda de garantias estendidas, consórcios, diversos tipos de seguros, além da cobrança de tarifas de cartões de crédito e taxas pela nossa atividade de correspondente bancário.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:



magazineluiza
vem ser feliz



ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

Nos dezesseis estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição foram registrados de acordo com o regime de competência no grupo de custo das mercadorias vendidas, das operações de varejo, conforme descrito abaixo.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Ressaltamos ainda que recolhemos os impostos devidos sobre as vendas dos produtos e, posteriormente, pagamos ao governo do respectivo Estado. Quando nossos produtos são vendidos, o custo do ICMS, que tínhamos anteriormente registrado como parte do custo dos estoques, torna-se registrado como custo de mercadorias revendidas quando as vendas são realizadas. Em geral, a incidência tributária ocorre quando, ao circularmos com a mercadoria, entramos em outro Estado da federação, mesmo que o efetivo pagamento esteja relacionado com as compras futuras dos nossos clientes.

Especificamente para o Estado de São Paulo, nas vendas de produtos cujos fornecedores estão localizados em outros Estados da federação, somos responsáveis pelo pagamento deste tributo no Estado de São Paulo. De outro modo, nas vendas de produtos cujos centros de distribuição estão no Estado de São Paulo e destinam para outros Estados da federação, também somos responsáveis pelo recolhimento do ICMS para este outro Estado e, em seguida, recuperamos o tributo anteriormente pago ao Estado de São Paulo.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais, como computadores. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas. Além disso, nas atividades de financiamento e de seguros, aplicam-se alíquotas de 0,65% para PIS e de 4,0% para COFINS, cuja base de cálculo recai, respectivamente, na receita líquida de despesa de captação, deduzindo as recuperações de crédito e depósitos judiciais, e no prêmio ganho, deduzido dos sinistros pagos, acrescidos de todas as receitas financeiras. Nas atividades de financiamento e de seguros os valores de PIS e COFINS são registrados como despesas tributárias, no grupo de despesas operacionais.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.



magazineluiza
vem ser feliz



- **Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados**

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição dos produtos que revendemos e registrado na data em que as receitas de venda de mercadorias são reconhecidas. Estes valores são deduzidos das verbas de indenização por obsolescência e outras verbas por superação de metas, incluindo bônus por compras adicionais de produtos, pagas pelos nossos fornecedores. Além disso, contabilizamos também como custo das mercadorias os gastos com frete, relacionadas ao transporte de mercadorias até os Centros de Distribuição (“CDs”), que por consequência são incorporados ao custo. Adicionalmente, nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributária do ICMS é conhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas.

Os custos das operações de crédito são compostos por custos de captação no mercado (depósitos interfinanceiros), por meio de nossa controlada em conjunto Luizacred. Os custos dos serviços prestados englobam custos de sinistros com as apólices de garantia estendidas e outros custos da administração de consórcios.

- **Despesas com Vendas**

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas, bem como das nossas subsidiárias e controladas em conjunto. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários; comissões; encargos sociais e benefícios; propaganda e *marketing*; distribuição e logística; aluguel; comunicação; segurança; energia; e manutenção.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritório central de Franca, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

- **Depreciação e amortização**

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, reconhecemos estes bens por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

- **Outras Receitas Operacionais, Líquidas**

A conta contábil Outras receitas operacionais, líquidas consiste substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras (i) para gerir a nossa folha de pagamento e oferecer com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) ter o direito de exclusividade para oferecer serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente pagos em dinheiro, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e são apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.



magazineluiza
vem ser feliz



- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito e juros das operações comerciais de vender.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consorcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para as atividades de financiamento e seguros, as alíquotas são de 25% para IRPJ e 15% para CSLL.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos pela diferença temporária dos valores, no fim de cada período, entre saldos ativos e passivos do balanço patrimonial, bem como as suas bases fiscais correspondentes, incluindo todos os rendimentos tributáveis ou prejuízos fiscais. Os impostos diferidos, registrados no passivo, são reconhecidos por toda diferença temporária tributável, enquanto os impostos diferidos, registrados no ativo, são reconhecidos pela diferença temporária dos valores dedutíveis, mas apenas se a empresa apresentar significativos lucros tributáveis no período, no qual sejam suficientes para suprir as deduções aplicadas. Os impostos diferidos no ativo e no passivo não são reconhecidos por diferenças tributárias temporárias, que são resultantes do valor da conta intangível, ou do reconhecimento inicial para as demais operações do ativo e do passivo que não impactam o lucro tributável ou o lucro contábil, exceto para as combinações de negócios.

Para maiores informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidos, ver o item “Políticas Contábeis Críticas” acima



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. % ⁽¹⁾	2010	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2010/2011
Receita Líquida de Vendas	6.419,4	100,0	4.808,0	100,0	33,5
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(4.275,1)	(66,6)	(3.166,3)	(65,9)	35,0
Lucro bruto	2.144,3	33,4	1.641,8	34,1	30,6
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(1.271,0)	(19,8)	(960,2)	(20,0)	32,4
Gerais e administrativas	(354,6)	(5,5)	(248,9)	(5,2)	42,5
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(244,9)	(3,8)	(175,3)	(3,6)	39,7
Depreciação e amortização	(86,9)	(1,4)	(68,5)	(1,4)	26,9
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4	62,5	1,3	(57,1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	213,7	3,3	251,4	5,2	(15,0)
Resultado Financeiro	(165,7)		(141,5)	(2,9)	17,1
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	47,9	0,7	110,0	2,3	(56,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	(36,3)	(0,6)	(41,1)	(0,9)	(11,8)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	11,7	0,2	68,8	1,4	(83,1)

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. % ⁽¹⁾	2010	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2010/2011
Receita Bruta de Vendas e Serviços	7.601,3	118,4	5.692,0	118,4	33,5
Impostos e Devoluções	(1.182,0)	(18,4)	(884,0)	(18,4)	33,7
Receita Líquida de Vendas	6.419,4	100,0	4.808,0	100,0	33,5

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Abertura da quantidade de lojas

Número de lojas por Estado	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
São Paulo	272	222	210
Minas Gerais	79	77	76
Paraná	105	41	40
Mato Grosso do Sul	12	11	10
Goiás	4	4	4
Rio Grande do Sul	55	55	56
Santa Catarina	58	57	58
Paraíba	22	22	0
Rio Grande do Norte	12	12	0
Pernambuco	20	19	0
Ceará	18	17	0
Alagoas	10	8	0
Sergipe	4	4	0
Bahia	51	49	0
Piauí	4	4	0
Maranhão	1	1	0
Nacional – Site	1	1	1
Total	728	604	455

Abertura de Loja por Canal de Vendas (Final do Período)

Número de lojas por canal - final do período	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Lojas virtuais	103	67	62
Site	1	1	1
Subtotal - Canal Virtual	104	68	63
Lojas convencionais ⁽¹⁾	624	536	392
Magazine Luiza	413	400	392
Lojas Maia	142	136	0
New Co.	69	0	0
Total	728	604	455

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta por Canal

Receita bruta por canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2010	A.V. (%)	2009	A.V. (%)	Crescimento
Lojas virtuais	238,6	4,5%	183,7	4,8%	29,9%
Site	568,7	10,7%	324,9	8,5%	75,0%
Subtotal - Canal Virtual	807,3	15,2%	508,7	13,3%	58,7%
Lojas convencionais ⁽¹⁾	4.517,1	84,8%	3.320,1	86,7%	36,1%
Magazine Luiza	4.189,1	78,7%	3.320,1	86,7%	26,2%
Lojas Maia	328,0	6,2%	0,0	0,0%	0,0%
Total	5.324,4	100,0%	3.828,7	100,0%	39,1%

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Receita bruta por canal	2011	A.V. (%)	2010	A.V. (%)	Crescimento
Lojas virtuais	295,1	4,1%	238,6	4,5%	23,6%
Site	821,1	11,5%	568,7	10,7%	44,4%
Subtotal - Canal Virtual	1.116,1	15,7%	807,3	15,2%	38,2%
Lojas convencionais ⁽¹⁾	5.996,6	84,3%	4.517,1	84,8%	32,8%
Magazine Luiza	4.942,4	69,5%	4.189,1	78,7%	18,0%
Lojas Maia	992,1	13,9%	328,0	6,2%	202,4%
New Co.	62,2	0,9%	-	-	-
Total	7.112,8	100,0%	5.324,4	100,0%	33,6%

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	6.848,1	5.138,3	33,3%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	264,7	186,1	42,2%
Total Varejo	7.112,8	5.324,4	33,6%
Receita Bruta – Financiamento ao Consumo	528,9	395,4	33,8%
Receita Bruta - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	27,7	21,1	31,6%
Eliminações Inter-Companhias ⁽¹⁾	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Bruta Total	7.601,3	5.692,0	33,5%

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza avançou 33,5% em 2011, passando de R\$5.692,0 milhões para R\$7.601,3 milhões. O expressivo aumento obtido no ano foi devido principalmente aos seguintes fatores:

- Expansão de 33,6% no segmento de varejo, influenciado pelo crescimento de 16,5% no conceito mesmas lojas, pela expansão orgânica de 24 lojas e pela aquisição da Lojas Maia e Baú.
 - As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R\$821 milhões em 2011;
 - O faturamento da Lojas Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R\$1,0 bilhão;
- Crescimento na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 33,8%, passando de R\$395,4 milhões em 2010 para R\$528,9 milhões em 2011, com destaque para o crescimento das receitas provenientes do Cartão Luiza e para o empréstimo pessoal.

Receita Líquida Consolidada

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	5.703,0	4.280,6	33,2%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	5.932,7	4.442,0	33,6%
Receita Líquida - Operações de Crédito	528,9	395,4	33,8%
Receita Líquida - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	25,8	19,6	31,9%
Eliminações – Receita entre segmentos ⁽¹⁾	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Líquida Total	6.419,4	4.808,0	33,5%

A receita líquida consolidada aumentou 33,5%, em linha com o crescimento da receita bruta, passando de R\$4.808,0 milhões para R\$6.419,4 milhões.

Lucro Bruto Consolidado

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.539,6	1.187,8	29,6%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	1.769,3	1.349,1	31,1%
Lucro Bruto - Operações de Crédito	431,3	334,4	29,0%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	63,8	55,4	15,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	11,7	10,0	16,9%
Eliminações – Operações entre segmentos ⁽¹⁾	(131,8)	(107,2)	23,0%
Lucro Bruto Total	2.144,3	1.641,8	30,6%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	27,0%	27,7%	(0,8) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	29,8%	30,4%	(0,6) PP
Margem Bruta - Operações de Crédito	81,5%	84,6%	(0,3) pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,8%	95,0%	(2,1) pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	45,3%	51,2%	(5,8) pp
Eliminações Inter companhia	96,4%	100,0%	(3,6) pp
Margem Bruta Total	33,4%	34,1%	(0,7) pp

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

Em 2011, o lucro bruto consolidado totalizou R\$2.144,3 milhões, um aumento de 30,6% comparado ao ano anterior. Seguem abaixo os principais fatores que influenciaram a variação do lucro bruto:

- A margem bruta do segmento varejo diminuiu de 30,4% em 2010 para 29,8% em 2011, principalmente em função de uma maior participação de categorias de produtos com margens mais baixas, como eletro-eletrônicos, e das vendas pela internet;
- A margem do segmento de financiamento ao consumo foi de 81,5% em 2011, levemente abaixo de 2010. A redução da margem bruta no segmento de financiamento ao consumo está associada ao aumento do CDI médio no período e à mudança no perfil da carteira da Luizacred, em função do crescimento mais acelerado do uso do Cartão Luiza fora das lojas. Esta transação tem menor margem financeira no início, mas gera mais resultados no médio prazo.

Despesas Operacionais

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	% RL	2010	% RL	Variação % 2010/2011
Despesas com vendas	(1.271,0)	(19,8)	(960,2)	(20,0)	32,4
Despesas gerais e administrativas	(354,6)	(5,5)	(248,9)	(5,2)	42,5
Perda em liquidação duvidosa	(244,9)	(3,8)	(175,3)	(3,6)	39,7
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4	62,5	1,3	(57,1)
Total de Despesas Operacionais	(1.843,7)	(28,7)	(1.321,8)	(27,5)	39,5

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$1.271,0 milhões em 2011, representando 19,8% da receita líquida, abaixo dos 20,0% observados em 2010. Apesar das despesas com lojas novas, da aquisição das lojas do Baú e gastos com a virada da marca na Lojas Maia, a Companhia conseguiu diluir despesas de vendas no segmento de varejo, tais como despesas de aluguel, de marketing e de pessoal.



magazineluiza
vem ser feliz



Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$248,9 milhões em 2010 para R\$354,6 milhões em 2011, representando 5,5% da receita líquida. Esse aumento foi devido à mudança do escritório de negócios para São Paulo, bem como pela manutenção dos escritórios e centros de distribuição da Lojas Maia e das lojas do Baú, e todos os gastos extraordinários oriundos do processo de integração das redes adquiridas.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa passaram de R\$175,3 milhões em 2010 para R\$244,9 milhões em 2011, representando 3,8% da receita líquida. É importante ressaltar que, por conservadorismo, a Luizacred veio ao longo do ano reduzindo a taxa de aprovação das propostas de financiamentos, apesar da melhora dos indicadores de atraso da carteira da Luizacred. A carteira total em atraso diminuiu 2,6 pontos percentuais de dez/10 para dez/11.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais

As outras despesas (receitas) operacionais líquidas passaram de receitas líquidas de R\$62,5 milhões em 2010 para receitas líquidas de R\$26,8 milhões em 2011. Essa variação foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Despesas extraordinárias com o processo de integração das redes, incluindo despesas com lojas novas, virada da marca no nordeste e gastos de integração das redes adquiridas;
- Redução na apropriação de receitas diferidas (em função principalmente de uma alteração no critério de apropriação para o método linear);
- Aumento nas despesas com cartão de crédito na Luizacred, em função das lojas novas e do aumento da base de novos cartões de crédito;
- Alteração na contabilização do empréstimo pessoal, que passou a ser contabilizado no resultado da intermediação financeira, reduzindo a receita de *profit sharing*.

EBITDA

Nos 12M11, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) consolidado foi de R\$300,6 milhões com margem de 4,7%, representando uma queda de 6,0% em relação ao ano de 2010, em função, principalmente, do impacto das despesas extraordinárias, tais como as despesas pré-operacionais de lojas novas e gastos com a virada da marca no nordeste e integração das redes, no 3T11 e 4T11. Excluindo esses efeitos, o EBITDA ajustado pelas despesas extraordinárias foi de R\$346,3 milhões, com margem de 5,4%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas passaram de R\$141,5 milhões (2,9% da receita líquida) em 2010 para R\$165,7 milhões (2,6% da receita líquida) em 2011. Essa variação foi consequência principalmente da redução do endividamento líquido da Companhia após a abertura de capital.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social saíram de R\$41,1 milhões em 2010 para R\$36,3 milhões em 2011. A Companhia não contabilizou impostos diferidos ativos em função do prejuízo das lojas do Baú e da Lojas Maia, no montante de R\$13,6 milhões, afetando a alíquota efetiva consolidada. Vale explicar que este prejuízo deve ser compensado com o aproveitamento fiscal do ágio das aquisições, possível após as incorporações.



magazineluiza
vem ser feliz



Lucro Líquido Consolidado

Nos 12M11, o lucro líquido consolidado foi de R\$11,7 milhões, com margem de 0,2% sobre a receita líquida, influenciado pelas despesas extraordinárias e créditos fiscais não aproveitados. Excluindo esses dois efeitos, o Lucro Líquido ajustado foi R\$55,5 milhões, com margem de 0,9%.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Receita Bruta de Vendas e Serviços

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta entre nossos segmentos de negócio:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	5.138,3	3.670,6	40,0%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	186,1	158,2	17,6%
Receita Bruta - Operações de Crédito	395,4	315,4	25,4%
Receita Bruta - Operações de Seguros	58,3	55,6	4,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	21,1	20,7	1,9%
Eliminações - Receita Bruta entre segmentos ⁽¹⁾	(107,2)	(90,8)	18,1%
Receita Bruta Total	5.692,0	4.129,6	37,8%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

A receita bruta de vendas e serviços aumentou 37,8%, ou R\$1.562,4 milhões, passando de R\$4.129,6 milhões no exercício social encerrado em 2009, para R\$5.692,0 milhões no exercício social encerrado em 2010. Esse aumento é principalmente relacionado ao aumento da receita bruta de varejo de mercadorias, que por sua vez é um resultado dos seguintes fatores:

- crescimento de 29,0% na venda de mercadorias no conceito “mesmas lojas”, que considera apenas as lojas com no mínimo doze meses de operação, com destaque para o crescimento de 75,0% nas vendas pelo nosso *website* e 24,7% nas mesmas lojas físicas;
- expansão orgânica, com a inauguração de mais quinze lojas novas com a marca Magazine Luiza, principalmente na grande São Paulo;
- expansão para novas regiões e cidades, especialmente com a aquisição de 136 filiais da Lojas Maia, em agosto de 2010, acrescentando R\$328,0 milhões, na receita bruta, em cinco meses de operação.

A receita bruta também foi impactada pelos seguintes fatores:

- aumento significativo de 71% na base de clientes ativos do Cartão Luiza, resultando um crescimento de 24,9% na receita com operações de crédito (as receitas das operações com cartão de crédito cresceram 45,3% de R\$ 158,6 milhões para R\$ 230,5 milhões, enquanto as receitas de CDC diminuíram 5,3%, de R\$ 108,0 milhões para R\$ 102,3 milhões; e
- As eliminações aumentaram devido ao incremento nas transações entre os segmentos do grupo (do valor de R\$ 107,2 milhões, são R\$ 85,1 milhões referentes a receitas de serviços prestadas pela operação de varejo para os segmentos da operação de crédito e de seguros, e R\$ 22,0 milhões



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

referem-se a juros contabilizados como receitas no segmento da operação de crédito e despesa financeira nas operações de varejo.

Impostos e Devoluções sobre Vendas

Os impostos e devoluções de vendas aumentaram somente 13,5%, ou R\$105,4 milhões, passando de R\$778,6 milhões no exercício social encerrado em 2009, para R\$884,0 milhões no exercício social encerrado em 2010. O fato dos impostos terem crescido menos do que a receita bruta foi justificado pela maior venda de produtos sujeitos à substituição tributária ("ICMS – substituição tributária"). Nessa modalidade os impostos antecipados são contabilizados no grupo de custo das mercadorias vendidas, não afetando o grupo de impostos e devolução sobre vendas. O ICMS – substituição tributária aumentou de R\$235,5 milhões no exercício de 2009 para R\$523,2 milhões no exercício de 2010 e afetou o custo das mercadorias vendidas.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Deduções - Varejo – Revenda de Mercadorias	(857,7)	(759,9)	12,9%
Deduções - Varejo - Prestação de Serviços	(24,7)	(17,2)	43,6%
Deduções - Administração de Consórcios	(1,5)	(1,5)	4,6%
Deduções Total	(884,0)	(778,6)	13,5%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia

Receita Líquida de Vendas e Serviços

Nossa receita líquida de vendas aumentou 43,5%, ou R\$1.457,0 milhões, passando de R\$3.351,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$4.808,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido ao crescimento da receita bruta de 37,8% enquanto as deduções cresceram apenas 13,5% devido principalmente aos impactos da substituição tributária, conforme comentado anteriormente.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	4.280,6	2.910,6	47,1%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	161,4	140,9	14,5%
Receita Líquida - Operações de Crédito	395,4	315,4	25,4%
Receita Líquida - Operações de Seguros	58,3	55,6	4,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	19,6	19,3	1,6%
Eliminações – Receita entre segmentos ⁽¹⁾	(107,2)	(90,8)	18,1%
Receita Líquida Total	4.808,0	3.351,0	43,5%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras

Nosso custo total das mercadorias revendidas, das prestações de serviços e de captações para operações financeiras aumentou 47,9%, ou R\$1.026,1 milhões, passando de R\$2.140,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$3.166,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O custo das mercadorias vendidas aumentou 48,7% em 2010, ou seja, bastante acima do crescimento de 40,0% da receita bruta de mercadorias, devido principalmente aos impactos da substituição tributária, conforme descrito acima. Entretanto, esse aumento no custo foi compensado pela redução nos impostos sobre a receita bruta, de forma que o lucro bruto de mercadorias tenha crescido 42,9%, ou seja, acima do crescimento das vendas.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(3.092,8)	(2.079,6)	48,7%
Custos - Operações de Crédito	(61,0)	(47,7)	27,9%
Custos - Operações de Seguros	(2,9)	(3,0)	(3,3%)
Custos - Administração de Consórcios	(9,5)	(10,0)	(5,0%)
Custos Total	(3.166,3)	(2.140,2)	47,9%

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto aumentou 35,6%, ou R\$431,0 milhões, passando de R\$1.210,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.641,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelos motivos acima expostos, com o destaque para o crescimento do lucro bruto de mercadorias, que cresceu 42,9%. O lucro bruto das operações financeiras cresceu menos do que a varejo pelo fato de que as taxas de juros no cartão de crédito são menores do que no CDC, porém o resultado final é recompensado com uma inadimplência menor.

A tabela a seguir mostra o nosso lucro bruto nos períodos indicados.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.187,8	831,1	42,9%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	161,4	140,9	14,5%
Lucro Bruto - Operações de Crédito	334,4	267,7	24,9%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	55,4	52,6	5,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	10,0	9,3	7,5%
Eliminações – Operações entre segmentos ⁽¹⁾	(107,2)	(90,8)	18,1%
Lucro Bruto Total	1.641,8	1.210,8	35,6%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	27,7%	28,6%	(0,9) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Margem Bruta - Operações de Crédito	84,6%	84,9%	(0,3) pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	95,0%	94,6%	0,4 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	51,0%	48,2%	2,8 pp
Eliminações Inter companhia	100,0%	100,0%	0,0 pp
Margem Bruta Total	34,1%	36,1%	(2,0) pp

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

Receitas (Despesas) Operacionais

Vendas

As despesas com vendas aumentaram 19,2%, ou R\$154,4 milhões, passando de R\$805,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$960,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, a representatividade das despesas com vendas diminuiu 4,0 pontos percentuais, passando de 24,0% para 20,0% da receita líquida. A diminuição das despesas com vendas decorreu devido a, principalmente, (i) elevação das vendas do conceito mesmas lojas, reduzindo proporcionalmente as despesas com pessoal, aluguel e *marketing*; e (iii) renegociação do Acordo de Associação com Itaú Unibanco, que alterou a forma de remuneração mensal dos serviços prestados por nós para a Luizacred, para um modelo baseado em ressarcimento de custos, no qual os custos decorrentes de atividades semelhantes, tais como vendas e cobrança, são faturados contra a Luizacred, enquanto os custos de atividades de operacionais são distribuídos e reembolsados pela Luizacred para o Magazine Luiza.

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 52,2%, ou R\$85,3 milhões, passando de R\$163,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$248,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, a representatividade das despesas administrativas aumentou 3,0 pontos percentuais, passando de 4,9% para 5,2% da receita líquida. Essa variação se justifica pelo crescimento das despesas relacionadas à transferência do nosso escritório central para São Paulo, gastos com consultoria relacionada ao Projeto Giro Certo, esforços na transição da Lojas Maia e reestruturação da área administrativa do e-commerce para sustentar o crescimento acelerado das nossas operações.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As perdas em crédito de liquidação duvidosa diminuíram 7,9%, ou R\$15,1 milhões, passando de R\$190,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$175,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Desta forma, a representatividade das perdas em crédito de liquidação duvidosa passou de 5,8% para 3,6% da receita líquida. Essa variação decorreu da redução significativa nos índices de inadimplência de 8,2% para 7,0% nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2010, respectivamente, em função principalmente da adoção de modelos estatísticos e de modelos de crédito, especialmente utilizados pela nossa



magazineluiza
vem ser feliz



controlada em conjunto Luizacred. O saldo médio do contas a receber aumentou 22,8% de R\$1.122,2 milhões para R\$1.378,4 milhões, de forma que as perdas em crédito de liquidação duvidosa foram reduzidas de 17,0% para 12,7% do saldo médio da carteira.

Depreciação e Amortização

A conta de depreciação e amortização aumentou 13,0%, ou R\$7,9 milhões, passando de R\$60,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$68,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, principalmente pelo aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, decorrentes da inauguração de 15 novas lojas, reformas de 20 lojas existentes e investimentos em tecnologia da informação, com um especial destaque no novo sistema financeiro corporativo (Oracle e Hyperion) e no novo sistema de gestão de pessoas (People Soft).

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

As outras receitas operacionais líquidas aumentaram 360,8%, ou R\$49,0 milhões, passando de R\$13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$62,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento expressivo deu-se, principalmente, pela apropriação mensal de receitas diferidas decorrentes da venda do direito de exploração de nossos clientes, por instituições financeiras.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou 6.185,0%, ou R\$247,4 milhões, passando de R\$4,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$251,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelos fatores citados acima.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro não teve alterações significativas, comparando-se os anos de 2009 e 2010, uma vez que a variação apresentada foi de 0,6%, ou um prejuízo de R\$0,9 milhão, passando de um valor negativo de R\$140,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para um valor negativo R\$141,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Apesar do crescimento das vendas, com a aprovação do Contrato de Associação da Luizacred, ao final de 2009, recebemos cerca de R\$250,0 milhões, registrados na conta caixa, e que usamos para pagar parte do nosso endividamento. Destacamos que as principais operações que afetaram esta conta contábil foram: (i) os juros de empréstimos e financiamentos; (ii) juros na antecipações de recebíveis de cartões de crédito; e (iii) juros de vender nas operações com fornecedores.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou R\$246,6 milhões, passando de prejuízo de R\$136,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para o lucro de R\$110,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorre das explicações das contas contábeis descritas acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido diminuiu R\$85,0 milhões, passando de R\$43,9 milhões de receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$41,1 milhões de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação é reflexo do resultado



magazineluiza
vem ser feliz



positivo do lucro antes dos impostos renda e contribuição social que obtivemos em 2010 no valor R\$110,0 milhões sobre um prejuízo no ano de 2009 no valor de R\$136.6 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou R\$161,5 milhões, passando de um prejuízo de R\$92,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R\$68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelo exposto nos itens anteriores, com destaque para o crescimento nas vendas e diminuição de despesas comerciais.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVSPA

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. % ^(a)	2010	A.V. % ^(a)	Variação % 2010/2011
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	173,1	3,5	328,9	8,4	(47,4)
Títulos e valores mobiliários	75,0	1,5	46,7	1,2	60,4
Contas a receber	1.927,8	39,5	1.524,7	38,8	26,4
Estoques	1.264,7	25,9	849,8	21,6	48,8
Partes relacionadas	42,6	0,9	36,0	0,9	18,3
Impostos a recuperar	24,6	0,5	46,5	1,2	(47,1)
Outros ativos	59,4	1,2	63,0	1,6	(5,7)
Total dos ativos circulantes	3.567,1	73,1	2.895,6	73,7	23,2
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	43,3	0,9	32,0	0,8	35,4
Contas a receber	9,4	0,2	18,7	0,5	(49,7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	3,7	168,2	4,3	6,3
Outros ativos	139,8	2,9	79,8	2,0	75,1
Imobilizado	489,9	10,0	358,8	9,1	36,5
Intangível	448,9	9,2	374,6	9,5	19,8
Total dos ativos não circulantes	1.310,2	26,9	1.032,2	26,3	26,9
TOTAL DO ATIVO	4.877,4	100,0	3.927,8	100,0	24,2
(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. % ^(a)	2010	A.V. % ^(a)	Variação % 2010/2011
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.267,8	23,1	1.132,3	28,8	12,0
Empréstimos e financiamentos	129,7	2,4	108,8	2,8	19,2
Depósitos interfinanceiros	981,5	17,9	852,7	21,7	15,1
Operações com cartões de crédito	436,1	7,9	220,2	5,6	98,0
Salários, férias e encargos sociais	121,6	2,2	116,5	3,0	4,4
Impostos a recolher	49,3	0,9	39,4	1,0	25,1
Partes relacionadas	25,5	0,5	21,7	0,6	17,7
Impostos parcelados	2,9	0,1	43,0	1,1	(93,4)
Receita diferida	24,1	0,4	26,0	0,7	(7,2)
Dividendos a pagar	1,7	0,0	-	-	-
Provisões técnicas de seguros	32,5	0,6	22,9	0,6	41,5
Outras contas a pagar	94,6	1,7	102,4	2,6	(7,6)
Total de passivo circulante	3.167,1	57,6	2.685,9	68,4	17,9
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	581,7	10,6	666,1	17,0	(12,7)
Depósitos interfinanceiros	-	-	4,0	0,1	(100,0)
Impostos parcelados	4,4	0,1	6,3	0,2	(30,2)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	3,2	182,0	4,6	(4,7)
Provisões técnicas de seguros	17,9	0,3	20,8	0,5	(14,0)
Receita diferida	294,3	5,4	296,1	7,5	(0,6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	0,2	13,7	0,3	(21,7)
Outras contas a pagar	6,9	0,1	5,4	0,1	28,6
Total de passivo não circulante	1.089,3	19,8	1.194,4	30,4	(8,8)
Total dos passivos	4.256,41	77,4	3.880,3	98,8	9,7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	11,0	43,0	1,1	1.310,5
Reserva legal	4,0	0,1	3,4	0,1	16,9
Reserva de retenção de lucros	10,4	0,2	1,0	0,0	947,8
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	620,9	11,3	47,4	1,2	1.209,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.498,3	100,0	3.927,8	100,0	40,0



magazineluiza
vem ser feliz



⁽¹⁾ Percentual do total do ativo.

⁽²⁾ Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 23,2%, ou R\$671,5 milhões, passando de R\$2.895,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$3.567,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. O ativo circulante representava 73,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 73,1% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) queda de 47,4%, ou R\$155,8 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$328,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$173,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução justifica-se pelo alto nível de investimentos ao longo do ano de 2011, conforme mencionado acima, e pelo desembolso na aquisição da Lojas Maia no valor R\$80,3 milhões;
- (ii) aumento de 60,4%, ou R\$28,2 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$75,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Estes saldos são compostos principalmente por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg e cresceram em função do aumento na venda de seguros. Além disso, estes títulos estão vinculados às provisões técnicas de seguros, que são normatizadas pela SUSEP;
- (iii) aumento de 26,4%, ou R\$403,2 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$1.524,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.927,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações de vendas da nossa empresa, financiadas pela nossa controlada em conjunto Luizacred, além do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;
- (iv) aumento de 48,8%, ou R\$414,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$849,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do próprio crescimento das vendas, da abertura de 24 novas lojas, da aquisição da Lojas Maia e mais recentemente do Baú, principalmente, do aumento dos itens com a incidência de substituição tributária do ICMS, que é contabilizada na conta de estoque de mercadorias para revenda quando do pagamento antecipado deste tributo;
- (v) aumento de 18,3%, ou R\$6,6 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$42,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do crescimento das receitas de prestação de serviço para as nossas controladas em conjunto, bem como pelo aumento do saldo a receber da Luizacred referente à vendas por cartões de crédito;
- (vi) redução de 47,1%, ou R\$21,9 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R\$46,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução do saldo ocorreu basicamente em função de créditos de ICMS a serem compensados no longo prazo, portanto foram transferidos para o ativo não circulante; e
- (vii) redução de 3,6%, ou R\$5,7 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$63,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$59,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Não tivemos variações significativas nessa conta.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 26,9%, ou R\$278,0 milhões, passando de R\$1.032,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.310,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O ativo não circulante representava 26,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 26,9% em 31 de dezembro de 2011.



magazineluiza
vem ser feliz



Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

- (i) aumento de 35,4% ou R\$11,3 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$32,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$43,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das vendas de seguros da nossa controlada em conjunto, conforme citado anteriormente;
- (ii) diminuição de 49,7%, ou R\$9,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução justifica-se principalmente pela diminuição do prazo médio de recebimento e a consequente reclassificação para o curto prazo;
- (iii) aumento de 6,3%, ou R\$10,7 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$178,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se principalmente pelo aumento do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia;
- (iv) aumento de 75,1%, ou R\$60,0 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$79,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$139,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se principalmente a depósitos judiciais e à transferência de impostos a recuperar do curto para o longo prazo;
- (v) aumento de 36,5%, ou R\$131,1 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$358,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$489,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, das reformas de lojas e da ampliação do centro de distribuição de Louveira; e
- (vi) aumento de 19,8%, ou R\$74,3 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$374,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$448,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente, principalmente, do ágio na aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”), além dos investimentos em tecnologia da informação.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 17,9%, ou R\$481,2 milhões, passando de R\$2.685,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.167,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. O passivo circulante representava 68,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 57,6% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 12,0%, ou R\$135,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$1.132,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.267,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste e nas lojas recém adquiridas do Baú da Felicidade;
- (ii) aumento de 19,2%, ou R\$20,9 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$108,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$129,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento deveu-se à transferência de vencimentos de longo prazo para curto prazo, uma vez que a dívida bruta total foi reduzida no período;
- (iii) aumento de 15,1%, ou R\$128,8 milhões, no saldo da depósitos interfinanceiros, que passou de R\$852,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$981,5 milhões em 31 de dezembro de 2011.



magazineluiza
vem ser feliz



Essa variação decorreu do crescimento da carteira de crédito junto aos nossos clientes, que é financiada por este passivo;

(iv) aumento de 98,0%, ou R\$215,9 milhões, no saldo da conta operações com cartões de crédito, que passou de R\$220,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$436,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

(v) aumento de 4,4%, ou R\$5,1 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R\$116,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$121,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento no quadro de funcionários das mesmas lojas, para atender uma maior demanda de clientes, das 24 novas lojas, da estruturação do escritório de negócio de São Paulo e da aquisição das lojas do Baú;

(vi) aumento de 25,1%, ou R\$9,9 milhões, no saldo da conta impostos a recolher, que passou de R\$39,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente principalmente do aumento na provisão para pagamento de PIS e COFINS, em consequência do aumento de receitas tributáveis.;

(vii) aumento de 17,7%, ou R\$3,8 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi decorrente do crescimento de operações com campanhas publicitárias com uma de nossas partes relacionadas;

(viii) redução de 93,4%, ou R\$40,2 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu do pagamento à vista do REFIS (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal) pela controlada em conjunto Luizacred;

(ix) diminuição de 7,2%, ou R\$1,9 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$24,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação do saldo foi uma consequência de uma redução relativa a apropriações de receita diferida ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos e um aumento decorrente do aditivo do acordo de associação com nossa controlada em conjunto Luizacred em 2011 incorporando a aquisição das lojas do Baú;

(x) aumento de R\$1,7 milhão na conta dividendos a pagar, que era zero em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento refere-se à provisão para a distribuição obrigatória de dividendos referentes ao exercício;

(xi) aumento de 41,5%, ou R\$9,5 milhão, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de um valor R\$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se ao maior provisionamento de prêmios não ganhos na nossa Controlada Luizaseg, que é constituído para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas ao longo dos prazos dos contratos de seguros; e

(xii) redução de 7,6%, ou R\$7,8 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$102,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$94,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu principalmente pelo pagamento do saldo remanescente do financiamento da aquisição da Loja Maia e outras variações rotineiras de outras contas a pagar da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz



Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu em 8,8%, ou R\$105,2 milhões, passando de R\$1.194,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.089,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. O passivo não circulante representava 30,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 19,8% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 12,7%, ou R\$84,5 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$666,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$581,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução deveu-se ao pagamento de empréstimos e financiamentos da Companhia;
- (ii) redução de 100,0%, ou R\$4,0 milhões, no saldo da conta depósito interfinanceiros, que passou de R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para zero em 31 de dezembro de 2011, devido à migração dos saldos de longo para curto prazo;
- (iii) redução de 30,2%, ou R\$1,9 milhão, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu do pagamento à vista do REFIS (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal) pela Controlada Luizacred;
- (iv) redução de 4,7%, ou R\$8,6 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$173,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu de novas adições e reversões de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;
- (v) redução de 14,0%, ou R\$2,9 milhões, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de R\$20,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu da transferência das provisões do longo para o curto prazo;
- (vi) redução de 0,6%, ou R\$1,8 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$296,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$294,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente do aditivo do Acordo de Associação, por meio do qual registramos no saldo da receita diferida o valor de R\$48,0 milhões referentes à aquisição das lojas do Baú e também pela apropriação receita diferida ao resultado do exercício de R\$27,7 milhões no ano;
- (vii) redução de 21,7%, ou R\$3,0 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$13,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução devido à amortização de intangível na combinação de negócios; e
- (viii) aumento de 28,6%, ou R\$1,5 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de um valor R\$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$573,5 milhões, passando de R\$47,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$620,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido ao lucro líquido do exercício e principalmente pelo aumento de capital de R\$563,5 milhões originados da Oferta Pública de Ações. O patrimônio líquido representava 1,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 11,3% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é explicado abaixo por conta a conta do nosso patrimônio líquido:



magazineluiza
vem ser feliz



(i) aumento de R\$563,5 milhões, no saldo da conta capital social, que passou de R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$606,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento devido a captação de recursos na Oferta de Ações da Companhia (IPO) em maio de 2011;

(ii) aumento de 16,9%, ou R\$0,6 milhão, no saldo da conta reserva legal, que passou de R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação consiste na provisão de reserva legal estatutária;

(iii) aumento de R\$9,4 milhões, no saldo da conta reserva de retenção de lucros, que passou de R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2010, para R\$10,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorre do saldo remanescente após as retenções legais e distribuição de dividendos; e

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2010 comparado a 31 de dezembro de 2009.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2010	A.V. % ⁽¹⁾	2009	A.V. % ⁽¹⁾	Variação % 2009/2010
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	328,9	8,4	192,4	7,3	70,9
Títulos e valores mobiliários	46,7	1,2	39,2	1,5	19,1
Contas a receber	1.524,7	38,8	1.188,6	45,1	28,3
Estoques	849,8	21,6	518,6	19,7	63,9
Partes relacionadas	36,0	0,9	18,6	0,7	93,5
Impostos a recuperar	46,5	1,2	29,6	1,1	57,1
Outros ativos	63,0	1,6	24,2	0,9	160,3
Total dos ativos circulantes	2.895,6	73,7	2.011,2	76,4	44,0
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	32,0	0,8	24,0	0,9	33,3
Contas a receber	18,7	0,5	24,8	0,9	(24,6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	168,2	4,3	162,5	6,2	3,5
Outros ativos	79,8	2,0	27,1	1,0	194,5
Imobilizado	358,8	9,1	297,8	11,3	20,5
Intangível	374,6	9,5	86,7	3,3	332,1
Total dos ativos não circulantes	1.032,2	26,3	622,8	23,6	65,7
TOTAL DO ATIVO	3.927,8	100,0	2.634,0	100,0	49,1

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2010	A.V. % ⁽²⁾	2009	A.V. % ⁽²⁾	Variação % 2009/2010
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.140,7	29,0	696,0	26,4	63,9
Empréstimos e financiamentos	108,8	2,8	168,1	6,4	(35,3)
Depósitos interfinanceiros	852,7	21,7	569,0	21,6	49,9
Operações com cartões de crédito	220,2	5,6	120,5	4,6	82,7
Salários, férias e encargos sociais	116,5	3,0	69,1	2,6	68,6
Impostos a recolher	39,4	1,0	28,8	1,1	36,8
Partes relacionadas	13,2	0,3	13,9	0,5	(5,0)
Impostos parcelados	43,0	1,1	39,1	1,5	10,0



magazineluiza
vem ser feliz



Receita diferida	26,0	0,7	55,0	2,1	(52,7)
Provisões técnicas de seguros	22,9	0,6	23,1	0,9	(0,9)
Outras contas a pagar	102,4	2,6	54,7	2,1	87,2
Total de passivo circulante	2.685,9	68,4	1.837,3	69,8	46,2
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	666,1	17,0	527,7	20,0	26,2
Depósitos interfinanceiros	4,0	0,1	4,3	0,2	(7,0)
Impostos parcelados	6,3	0,2	12,9	0,5	(51,2)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	182,0	4,6	26,3	1,0	592,0
Provisões técnicas de seguros	20,8	0,5	12,2	0,5	70,5
Receita diferida	296,1	7,5	217,9	8,3	35,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13,7	0,3	0,0	0,0	0,0
Outras contas a pagar	5,4	0,1	1,4	0,1	285,7
Total de passivo não circulante	1.194,4	30,4	802,7	30,5	48,8
Total dos passivos	3.880,3	98,8	2.640,0	100,2	47,0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	43,0	1,1	220,0	8,4	(80,5)
Reserva legal	3,4	0,1	0,0	0,0	0,0
Reserva de retenção de lucros	1,0	0,0	0,7	0,0	42,9
Prejuízos acumulados	0,0	0,0	(226,7)	(8,6)	0,0
Total do patrimônio líquido	47,4	1,2	(6,1)	(0,2)	0,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.927,8	100,0	2.634,0	100,0	49,1

(1) Percentual do total do ativo.

(2) Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 44,0%, ou R\$884,4 milhões, passando de R\$2.011,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$2.895,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O ativo circulante representava 76,4% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009 e 73,7% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 70,9%, ou R\$136,5 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$192,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$328,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse sensível aumento justifica-se pelo aditivo do Acordo de Associação, firmado com as instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Itaucard S.A., em dezembro de 2010, por meio do qual a Luizacred pagou à Lojas Maia o montante de R\$160,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros na Região Nordeste;

(ii) aumento de 19,1%, ou R\$7,5 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$39,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Estes saldos são compostos basicamente por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg e cresceram em função do aumento na venda de seguros. Além disso, estes títulos estão vinculados às provisões técnicas de seguros, que são normatizadas pela SUSEP;

(iii) aumento de 28,3%, ou R\$336,0 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$1.188,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.524,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações de vendas da nossa empresa, financiadas



magazineluiza
vem ser feliz



pela nossa controlada em conjunto Luizacred, além do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimento comerciais;

(iv) aumento de 63,9%, ou R\$331,2 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$518,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$849,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu do próprio crescimento das vendas, da abertura de 15 novas lojas, da aquisição da Lojas Maia e, principalmente, do aumento dos itens com a incidência de substituição tributária do ICMS, que é contabilizada na conta de estoque de mercadorias para revenda quando do pagamento antecipado deste tributo;

(v) aumento de 93,5%, ou R\$17,4 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse expressivo aumento decorreu do crescimento das receitas de prestação de serviço por nós para as nossas controladas em conjunto e subsidiárias, além da venda financiada de três imóveis da Lojas Maia para a nossa controladora MTG, pelo valor de R\$16,4 milhões;

(vi) aumento de 57,1%, ou R\$16,9 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R\$29,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$46,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. O incremento do saldo ocorreu basicamente em função de créditos de ICMS a serem compensados nos meses subsequentes; e

(vii) aumento de 160,3%, ou R\$38,8 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$63,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente da arrecadação de correspondente bancário, despesas pagas antecipadamente e adiantamento a funcionários.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 65,7%, ou R\$409,4 milhões, passando de R\$622,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.032,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. O ativo não circulante representava 23,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009 e 26,3% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) aumento de 33,3% ou R\$8,0 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$24,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$32,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela reclassificação de certos títulos de curto para longo prazo;

(ii) diminuição de 24,6%, ou R\$6,1 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$24,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução justifica-se principalmente pela reclassificação para o curto prazo;

(iii) aumento de 3,5%, ou R\$5,7 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$162,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição justifica-se pela compensação do prejuízo fiscal, sendo superior as provisões temporárias;

(iv) aumento de 194,5%, ou R\$52,7 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$27,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$79,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação refere-se principalmente a depósitos judiciais;

(v) aumento de 20,5%, ou R\$61,0 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$297,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$358,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse



magazineluiza
vem ser feliz



aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, do novo escritório de negócios em São Paulo e da aquisição de uma aeronave; e

(vi) aumento de 332,1%, ou R\$287,9 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$86,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$374,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi decorrente, principalmente, do ágio na aquisição da Lojas Maia, além dos investimentos em tecnologia da informação (ERP / Oracle, Hyperion e People Soft).

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 46,2%, ou R\$848,6 milhões, passando de R\$1.837,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.685,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. O passivo circulante representava 69,8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 68,4% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 63,9%, ou R\$444,7 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$696,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.140,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste;

(ii) redução de 35,3%, ou R\$59,3 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$168,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$108,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução deveu-se ao trabalho de alteração do perfil das nossas dívidas, liquidando contratos de curto prazo e privilegiando linhas de crédito de longo prazo;

(iii) aumento de 49,9%, ou R\$283,7 milhões, no saldo da depósitos interfinanceiros, que passou de R\$569,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$852,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu do crescimento da carteira de crédito junto aos nossos clientes, bem como do pagamento pelo direito de exclusividade da Luizacred na Lojas Maia;

(iv) aumento de 82,7%, ou R\$99,7 milhões, no saldo da conta operações com cartões de crédito, que passou de R\$120,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$220,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

(v) aumento de 68,6%, ou R\$47,4 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R\$69,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$116,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pelo crescimento no quadro de funcionários das mesmas lojas e das 15 novas lojas, para atender uma maior demanda de clientes, estruturação do escritório de negócio de São Paulo e da aquisição de Lojas Maia;

(vi) aumento de 36,8%, ou R\$10,6 milhões, no saldo da conta impostos a recolher, que passou de R\$28,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$39,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi uma consequência da provisão de IRPJ e CSLL do exercício;

(vii) diminuição de 5,0%, ou R\$0,7 milhão, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$13,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa pequena diminuição foi decorrente de variações normais nos saldos das nossas transações cotidianas com as controladas em conjunto e subsidiárias;

(viii) aumento de 10,0%, ou R\$3,9 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$39,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu da transferência do registro de impostos parcelados do longo para o curto prazo;



magazineluiza
vem ser feliz



(ix) diminuição de 52,7%, ou R\$29,0 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação do saldo foi uma consequência de uma redução na parcela a ser amortizada referente ao acordo de associação da Luizacred em 2009 e um aumento decorrente do aditivo do mesmo acordo de associação em 2010;

(x) redução de 0,9%, ou R\$0,2 milhão, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de um valor R\$23,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Nessa conta contábil não tivemos variações significativas; e

(xi) aumento de 87,2%, ou R\$47,7 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$54,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$102,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu da contabilização do financiamento da aquisição da Lojas Maia, por parte dos antigos proprietários, no valor remanescente de R\$33,6 milhões.



magazineluiza
vem ser feliz



Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 48,8%, ou R\$391,7 milhões, passando de R\$802,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.194,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. O passivo não circulante representava 30,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 30,4% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 26,2%, ou R\$138,4 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$527,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$666,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento deveu-se ao trabalho de alteração do perfil das nossas dívidas, privilegiando linhas de crédito de longo prazo;
- (ii) redução de 7,0%, ou R\$0,3 milhão, no saldo da conta depósito interfinanceiros, que passou de R\$4,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Nessa conta contábil a variação não foi significativa;
- (iii) redução de 51,2%, ou R\$6,6 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$12,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorreu da transferência do registro de impostos parcelados do longo para o curto prazo;
- (iv) aumento de 592,0%, ou R\$155,7 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$26,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi uma consequência da constituição de provisões para contingências, decorrentes principalmente da aquisição da Lojas Maia;
- (v) aumento de 70,5% ou R\$8,6 milhões, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de R\$12,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$20,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações da nossa controlada em conjunto Luizaseg;
- (vi) aumento de 35,9%, ou R\$78,2 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$217,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$296,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi justificado pelo aditivo do Acordo de Associação, por meio do qual registramos a receita diferida no valor de R\$80,0 milhões;
- (vii) aumento de R\$13,7 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de zero em 31 de dezembro de 2009, para R\$13,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse valor referiu-se à contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo de intangíveis nos ajustes para a combinação de negócios referentes à Lojas Maia; e
- (viii) aumento de 285,7%, ou R\$4,0 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de um valor R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2009, para R\$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$53,5 milhões, passando de R\$(6,1) milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$47,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, devido ao lucro líquido do exercício de R\$ 68,8 milhões e distribuição de dividendos de R\$ 15,3 milhões. O patrimônio líquido representava (0,2%) do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 1,2% em 31 de dezembro de 2010. Essa variação (aumento) é explicado abaixo por conta a conta do nosso patrimônio líquido:

- (i) diminuição de 80,5%, ou R\$177,0 milhões, no saldo da conta capital social, que passou de R\$220,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição justifica-se pela redução de capital social incorporada nos prejuízos acumulados;



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(ii) aumento de R\$3,4 milhões, no saldo da conta reserva legal, que passou de zero em 31 de dezembro de 2009, para R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação consiste na provisão de reserva legal estatutária;

(iii) aumento de 42,9%, ou R\$0,3 milhão, no saldo da conta reserva de retenção de lucros, que passou de R\$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2009, para R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela aplicação da reserva legal contra prejuízos acumulados; e

(iv) diminuição de R\$226,7 milhões, no saldo da conta prejuízos acumulados, que passou de R\$(226,7) milhão em 31 de dezembro de 2009, para zero em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela incorporação do capital social e do resultado do exercício.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
(+) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11,7	68,8	(92,7)
(+) Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa	439,6	332,7	376,8
(+) (Aumento) redução nos ativos operacionais	(1.127,3)	(804,7)	(550,6)
(+) Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
(+) IR / CS Pagos	(36,3)	(20,1)	(15,1)
(=) Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais ⁽¹⁾	(263,4)	405,4	172,6
(+) Aquisição/ Venda de imobilizado e intangível	(178,1)	(123,7)	(46,6)
(+) Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	24,0	80,0	250,0
(+) Aplicação/ Resgate em fundo de investimento exclusivo	(9,3)	-	-
(+) Investimento em controlada	(107,0)	(61,8)	0,0
(=) Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos ⁽²⁾	(270,4)	(105,5)	203,4
(+) Aumento de capital, por oferta pública de ações	553,0	-	-
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	182,8	319,9	333,3
(+) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(273,1)	(405,9)	(454,4)
(+) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(84,5)	(63,7)	(97,9)
(+) Pagamento de dividendos	0	(13,7)	0,0
(=) Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades financeiras ⁽³⁾	378,2	(163,5)	(219,0)
Aumento (Redução) do saldo de caixa ^{(1) + (2) + (3) = (4)}	(155,7)	136,5	156,9
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	328,9	192,4	35,5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	173,1	328,9	192,4

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

Em 2009, o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$172,6 milhões. Em 2010, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$405,4 milhões, comparado caixa aplicado de R\$263,4 milhões em 2011. A evolução no fluxo de caixa das operações, no último exercício, foi decorrente do aumento na necessidade de capital de giro, devido, principalmente às Lojas Maia e lojas do Baú. Os



magazineluiza
vem ser feliz



principais passivos operacionais que financiam nossos ativos são fornecedores de mercadorias de revenda, depósitos interfinanceiros e as operações com cartões de crédito. No último exercício, devido a adequação nos estoques para as lojas do Baú e Lojas Maia, bem como pelo crescimento do contas a receber em função do crescimento na receita bruta, nossos ativos circulantes operacionais aumentaram em montante superior ao incremento nos nossos passivos circulantes operacionais.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

Em 2009, o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento foi de R\$203,4 milhões, devido ao recebimento de R\$250,0 milhões pela renovação do contrato de associação da Luizacred, deduzidos de investimentos em reforma e expansão, que totalizaram R\$46,6 milhões. Em 2010, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$105,5 milhões, considerando a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$123,7 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão da Lojas Maia, no valor de R\$80,0 milhões, e o pagamento de R\$61,8 milhões pela aquisição da Lojas Maia. Em 2011, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$270,4 milhões, devido, principalmente, a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$178,1 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão das lojas do Baú, no valor de R\$24,0 milhões, e o pagamento de R\$80,3 milhões pela aquisição das lojas do Baú.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

Em 2009, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$219,0 milhões, decorrentes da liquidação de uma série de empréstimos de curto prazo com os recursos provenientes da renovação do acordo de associação da Luizacred. Em 2010, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$163,5 milhões, em função de pagamentos de empréstimos em montante acima das captações, no valor líquido de R\$86,0 milhões, pagamento de juros da ordem de R\$63,7 milhões e dividendos de R\$13,7 milhões. Em 2011, o caixa das atividades de financiamento ficou positivo em R\$378,2 milhões, devido ao aumento de capital no montante de R\$553,0 milhões, líquido dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$174,8 milhões.

Variação no Saldo de Disponibilidades

O saldo de disponibilidades foi aumentado em R\$156,9 milhões em 2009, principalmente pelo caixa oriundo das atividades de investimento. O saldo de disponibilidades foi aumentado em R\$136,5 milhões, em 2010, devido ao caixa oriundo das atividades operacionais. Finalmente em 2011, o saldo de disponibilidades foi reduzido em R\$155,7 milhões, devido a maior necessidade de capital de giro e maior nível de investimentos, em partes compensados pelo aumento de capital provenientes dos recursos captados na Oferta de Ações.



magazineluiza
vem ser feliz



10.2. Resultados das operações e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações de crédito; e (iii) prestações de serviços.

As receitas de revenda de mercadorias são realizadas por todas as nossas lojas, incluindo as nossas subsidiárias, Lojas Maia e New Co. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto, Luizacred, e compreendem principalmente os juros cobrados nas operações de crédito direto ao consumidor (“CDC”), empréstimo pessoal e no nosso cartão de crédito. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e inclui a venda de garantias estendidas, diversos tipos de seguros, tarifas de cartões de crédito, taxa de administração de consórcio, além da prestação de serviços pelas operações de varejo para as suas controladas em conjunto e subsidiárias.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossas operações, principalmente de revenda de mercadorias, dependem sensivelmente das condições macro econômicas, incluindo a inflação, o nível de emprego, a variação no rendimento real dos salários, o grau de confiança dos consumidores a taxa de juros real.

A situação financeira e o resultado das nossas operações dependem das condições macro-econômicas, principalmente por fatores como: (i) o desenvolvimento econômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) o nível de juros básico; e (v) o nível de renda da população.

Em 2011, com a evolução destes indicadores, a receita nominal de vendas do comércio varejista cresceu 10,1% segundo dados do IBGE. O faturamento das vendas apenas no segmento de móveis e eletrodomésticos destacou-se com crescimento de 16,6%, em relação ao ano de 2010. Mais uma vez a Companhia conseguiu aproveitar o bom momento da economia e crescer acima do mercado, ganhando *market share*.

É importante ressaltar que nos últimos anos, nosso setor de atuação vem crescendo acima do varejo como um todo. Considerando que a penetração dos nossos produtos na classe C ainda é muito baixa, o potencial de crescimento continua muito elevado para os próximos anos. Ao longo de mais de 50 anos de operação no varejo, nossa estratégia e atuação estiveram voltadas ao varejo de bens duráveis para a Classe C, a classe social que mais cresce no Brasil, representando aproximadamente 102 milhões de pessoas, ou 53% da população total brasileira, conforme a Pesquisa Cetelem Ipsos 2010.

Apesar da desaceleração da economia, notadamente no segundo semestre de 2011, a Companhia apresentou crescimento sustentável ao longo do ano.

Nossa perspectiva, é que o varejo de bens duráveis para esta classe C é o segmento com um dos maiores potenciais de crescimento no setor de varejo para os próximos anos, em vista dos seguintes fatores: (i) as condições macroeconômicas no Brasil, combinadas com programas sociais de transferência de renda, que são favoráveis ao crescimento da renda e do poder de compra deste segmento; (ii) a Classe C tem um perfil mais jovem, fazendo com que parte significativa destes consumidores esteja prestes a ingressar no mercado de trabalho e assim deverão se manter economicamente ativos por mais tempo, fenômeno também conhecido como “bônus demográfico”; (iii) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C, o que gera demanda reprimida por tais bens; (iv) o crescente acesso da Classe C à Internet, o que possibilita um maior volume de compras por meios eletrônicos; (v) a queda da taxa de desemprego; e (vi) paralelamente a queda das taxas de juros e aumento da renda média do brasileiro. Fatores estes que tem estimulado o consumo das famílias.



magazineluiza
vem ser feliz



b. Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletro eletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletro eletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	2,7%	7,5%	(0,3%)
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	5,1%	11,3%	(1,7%)
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	6,4%	5,9%	4,3%
CDI ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	11,7	10,0%	9,9%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	6,0%	6,0%	6,1%
Taxa SELIC (%) ⁽⁶⁾	11,0%	10,8%	8,8%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	12,6%	(4,3%)	(25,5%)
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	1,9	1,7	1,7
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾	1,7	1,8	2

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Fonte: Banco Central

⁽²⁾ inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

⁽⁶⁾ Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

⁽⁷⁾ Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

⁽⁸⁾ Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os



magazineluiza
vem ser feliz



princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletro eletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira e juros de empréstimos bancários.



magazineluiza
vem ser feliz



10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- Aquisição das lojas do Baú da Felicidade

O Magazine Luiza concluiu em 29 de julho a aquisição das ações da New-Utd Utilidades Domésticas S.A., empresa criada pelo Grupo Silvio Santos. A New-Utd tinha como ativos 121 lojas da rede de varejo Baú da Felicidade, localizadas nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática e a base de clientes. O valor final da aquisição foi de R\$80,3 milhões, integralmente pagos no dia 29 de julho de 2011. A Companhia concluiu o plano de transição das lojas do Baú, convertendo 35 lojas no formato virtual e 69 lojas no formato convencional. Adicionalmente, 4 lojas eram adjacentes às lojas existentes do Magazine Luiza e foram integradas, de forma que apenas 13 lojas foram alienadas.

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2011 com 103 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade.

- Aquisição das Lojas Maia

Em 16 de julho de 2010, adquirimos por R\$98,3 milhões a sociedade F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia), que compreendia 136 lojas, espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste do Brasil. A aquisição foi estratégica para nós, pois tínhamos como objetivo ingressar no mercado nordestino, cujos índices de crescimento são os maiores no país, bem como poderíamos aproveitar uma forte sinergia para estas unidades adquiridas, principalmente com relação à nossa estratégia comercial e de crédito.

Os primeiros resultados de nossos esforços de integração da Lojas Maia já se refletiram no seu faturamento, que cresceu 35,9%, ou R\$172,3 milhões, passando de R\$479,6 milhões no exercício social encerrado em 2009 para R\$651,9 milhões no exercício social encerrado em 2010, sendo que R\$328,0 milhões foram incorporados ao nosso faturamento consolidado, a partir de agosto de 2010.

Os próximos passos da integração da Lojas Maia incluem a reforma de diversas lojas, a mudança da marca para Magazine Luiza, a implementação de toda nossa política comercial, incluindo a gestão de estoques e nossa política de preços, e finalmente a integração completa dos sistemas de informação.

- Acordo de Associação

Em dezembro de 2010, celebramos com o Itaú Unibanco um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, por meio do qual a nossa subsidiária pagou à Lojas Maia o montante de R\$160,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros. No início de 2011, conforme o mesmo aditivo, os sócios aumentaram o capital da Luizacred no mesmo montante, cabendo ao Magazine



magazineluiza
vem ser feliz



Luiza o aporte de R\$80,0 milhões. Esses recursos foram utilizados pela Luizacred para reduzir a captação via depósitos interfinanceiros, feita especificamente para o pagamento à Lojas Maia. A transação foi reconhecida contabilmente na Lojas Maia como receita diferida, e na Luizacred como ativo intangível, que serão amortizados ao longo de 19 anos.

Em 2011, celebramos com o Itaú Unibanco mais um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, desta vez para contemplar as lojas adquiridas do Baú, por meio do qual a nossa subsidiária Luizacred pagou o montante de R\$48,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros nas suas lojas.

c. *Eventos ou operações não usuais*

Não aplicável, uma vez que não tivemos nenhuma operação ou evento não usual.



magazineluiza
vem ser feliz



10.4. Os diretores devem comentar sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – “IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais da controladora de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas as IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Adicionalmente, vale ressaltar que nós adotamos as prerrogativas do IFRS e o conjunto de normas dos CPCs de forma retroativa, até primeiro de janeiro de 2008, e após a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 12 de maio de 2010, conforme declarado na nota explicativa 03 de nossas demonstrações financeiras. Desta forma, pelo fato das práticas contábeis adotadas no Brasil estarem substancialmente convergidas as IFRS, o nosso patrimônio líquido constante nas demonstrações financeiras individuais reflete o mesmo saldo do patrimônio líquido consolidado preparado conforme as prerrogativas do IFRS e do BRGAAP (regras anteriores as leis nos 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009). Adicionalmente, não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis, uma vez que estas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Item não aplicável

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Auditor independente emitiu seu relatório com parágrafo de ênfase quanto a preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não é ressalvada em função deste assunto.



magazineluiza
vem ser feliz



10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Preparamos as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Nós revisamos nossas demonstrações financeiras para assegurar que elas representam as informações relacionadas as condições econômicas de nosso ambiente de negócios.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, resumimos as principais práticas contábeis, conforme a opinião de nossos administradores.

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, quando transferimos ao comprador os riscos e os benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; não existe envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para nós; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. As devoluções e descontos podem divergir de nossas estimativas impactando o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Possuímos diversos instrumentos financeiros derivativos para gerenciar nossa exposição ao risco de variação cambial, representado basicamente por taxa de juros e “swap” de moedas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, são avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas



magazineluiza
vem ser feliz



são reconhecidos no resultado imediatamente, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de “hedge”.

Para determinar o valor justo de nossos derivativos em cada exercício social, utilizamos certas estimativas as quais podem impactar o valor justo mensurado.

Provisão para créditos de liquidação de duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente por nós, para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, entre, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo para cada unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. O valor da perda, se aplicável, é registrado como redutora do ativo. A determinação do fluxo de caixa descontado envolve estimativas e assunções efetuadas pela Administração.

Reduções ao valor recuperável do ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subseqüentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. Na alienação ou baixa de uma subsidiária, o respectivo ágio é incluído na determinação do lucro ou perda da operação.

Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30)

Na determinação do valor justo dos passivos contingentes, utilizamos certos julgamentos e estimativas e o resultado atual dos passivos contingentes podem ser diferentes de nossa estimativa.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.



magazineluiza
vem ser feliz



Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisão para riscos tributárias, cíveis e trabalhistas

Somos parte de diversas autuações, reclamações e processos administrativos. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas autuações e processos administrativos são determinados com base na opinião legal de nossos assessores jurídicos e de acordo com a avaliação da gerência na data base de cada balanço, para os riscos considerados mais prováveis que sim do que não. A possibilidade de perda é acessada com base em evidências disponíveis, a hierarquia de leis, jurisprudências e decisões mais recentes dos tribunais, e sua relevância com o sistema legal, e a avaliação efetuada por nossos assessores jurídicos terceirizados.

Provisões técnicas de seguros

Reconhecemos provisão técnica de seguros denominadas: Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG); Provisão para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE); Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP); Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL); Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) baseadas na estimativas da administração e em premissas atuarias específicas para os seguros da Companhia. Os sinistros reais futuros podem ser maior ou menor do que os considerados pelas presunções e estimativas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período de relatório e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Preparamos projeções futuras de lucro, as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o objetivo de mensurar o potencial de geração de lucro tributável futuro que suporte a realização do imposto de renda e contribuição social registrados em nossas demonstrações financeiras. Na preparação de tais projeções utilizamos várias premissas e julgamentos. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas.

Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação dos ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais de cada unidade podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.



magazineluiza
vem ser feliz



Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas relacionadas.

Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações. O Grupo estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.



magazineluiza
vem ser feliz



10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os nossos Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições em nossos controles internos. A partir de junho de 2010, implementamos o sistema financeiro corporativo (ERP) da Oracle, que tem nos permitido maior segurança, velocidade e qualidade das informações.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados.

Na avaliação da Administração nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.



magazineluiza
vem ser feliz



10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

No dia 02 de Maio de 2011, o Magazine Luiza deu mais um passo muito importante em sua trajetória de crescimento, realizando a oferta pública inicial de ações (IPO). A Companhia listou suas ações no Novo Mercado da BM&FBovespa e mantém o firme compromisso de operar de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.

O valor total da Oferta de Ações foi de R\$886,4 milhões, sendo R\$583,9 milhões na distribuição primária e R\$302,5 milhões na distribuição secundária. O aumento de capital, líquido das despesas da Oferta, totalizou R\$563,5 milhões.

Os recursos captados foram destinados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição, sendo distribuída da seguinte forma: (i) 30% em reforço de capital de giro e redução de endividamento, principalmente em relação ao reforço de capital de giro nas Lojas Maia e lojas do Baú; (ii) 30% investidos na aquisição das 100 lojas do Baú e aberturas de 18 novas lojas no Magazine Luiza e outras 6 lojas na região Nordeste; (iii) 20% investidos em reformas de 50 lojas do Magazine Luiza, 39 lojas no Nordeste e 35 lojas do Baú; e (iv) 20% investidos em tecnologia e logística, alocados principalmente na ampliação do depósito de Louveira, criação do *cross-docking* em Guarulhos e investimento na frota própria de veículos para a Grande São Paulo.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.



magazineluiza
vem ser feliz



10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. *Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off balance sheet itens), tais como:*

- i. *arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. *contratos de construção não terminada; e*
- v. *contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

b. *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.*

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.



magazineluiza
vem ser feliz



10.9. Com relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. *Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. *Natureza e o propósito da operação*

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

c. *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.*

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.



magazineluiza
vem ser feliz



10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em ativo imobilizado e intangível saíram de R\$123,7 milhões em 2010 para R\$210,2 milhões em 2011. Esses investimentos incluem reformas de lojas existentes, bem como investimentos em tecnologia, logística e lojas novas. Em 2011, inauguramos organicamente 24 lojas novas e iniciamos os investimentos para a abertura de mais 3 lojas virtuais do Baú e 4 lojas convencionais no nordeste no 1T12. Outros investimentos incluem o início da ampliação do centro de distribuição de Louveira e outros investimentos em logística, no total de R\$28,2 milhões no ano de 2011.

A Companhia deverá continuar investindo em projetos de infraestrutura, notadamente logística e tecnologia, e não prevê aquisições de outras redes de lojas. A Companhia está concluindo a expansão do centro de distribuição em Louveira, tem reforçado seus sistemas de tecnologia para absorver as redes adquiridas, e recentemente duplicou a hospedagem do seu banco de dados em Franca e São Paulo com o objetivo de aumentar a segurança das informações. Os investimentos totais planejados para 2012 estão orçados em R\$140 milhões, considerando a abertura de novas lojas (entre 20-30 lojas) e as reformas (entre 50-60 lojas), incluindo o Nordeste.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nossos investimentos são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realizá-los.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Segundo os nossos Diretores, não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.



magazineluiza
vem ser feliz



Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.



magazineluiza
vem ser feliz



10.11.Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO III

Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: nome, idade, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data da posse, prazo do mandato, outros cargos ou funções exercidos no emissor, indicação se foi eleito pelo controlador ou não;

Nome: JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO.

Idade: 68 anos.

Profissão: Administrador de empresas.

CPF: 026.491.797-91.

Cargo Eletivo Ocupado: Presidente do Conselho de Administração.

Órgão: Conselho de Administração.

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Nome: LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES

Idade: 63 anos.

Profissão: Empresária.

CPF: 052.571.868-02.

Cargo Eletivo Ocupado: Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Órgão: Conselho de Administração.

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.



magazineluiza
vem ser feliz



Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretora Presidente.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Nome: ONOFRE DE PAULA TRAJANO.

Idade: 75 anos.

Profissão: Advogado e Empresário.

CPF: 026.538.268-87.

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro de Administração (Efetivo).

Órgão: Conselho de Administração.

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Nome: JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI.

Idade: 74 anos.

Profissão: Contador.

CPF: 122.456.288-70.

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro de Administração (Efetivo).

Órgão: Conselho de Administração.

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos (instalado pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012).

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



Nome: CARLOS RENATO DONZELLI.

Idade: 42 anos.

Profissão: Administrador.

CPF: 084.142.238-93.

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro de Administração (Efetivo).

Órgão: Conselho de Administração.

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças (instalados pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012).

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Nome: INÊS CORRÊA DE SOUZA.

Idade: 61 anos.

Profissão: Administradora.

CPF: 299.870.677-00.

Cargo Eletivo Ocupado: Conselheira de Administração (Efetiva e Independente).

Órgão: Conselho de Administração.

Data de Eleição: 30/04/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro de Comitê de Finanças (instalado pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012).

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê de Auditoria e Riscos

Nome: JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI.

Idade: 74 anos.

Profissão: Contador.

CPF: 122.456.288-70.

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.

Órgão: Comitê de Auditoria e Riscos.

Data de Eleição: 22/03/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheiro de Administração.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Nome: CARLOS RENATO DONZELLI.

Idade: 42 anos.

Profissão: Administrador.

CPF: 084.142.238-93.

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.

Órgão: Comitê de Auditoria e Riscos.

Data de Eleição: 22/03/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Finanças.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



Nome: TAIKI HIRASHIMA.

Idade: 71 anos.

Profissão: Auditor Independente.

CPF: 007.568.818-20.

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.

Órgão: Comitê de Auditoria e Riscos.

Data de Eleição: 22/03/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Não há.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Comitê de Finanças

Nome: INÊS CORRÊA DE SOUZA.

Idade: 61 anos.

Profissão: Administradora.

CPF: 299.870.677-00.

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Finanças.

Órgão: Comitê de Finanças.

Data de Eleição: 22/03/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheira de Administração.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



Nome: CARLOS RENATO DONZELLI.

Idade: 42 anos.

Profissão: Administrador.

CPF: 084.142.238-93.

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Finanças.

Órgão: Comitê de Finanças.

Data de Eleição: 22/03/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.

Nome: ROBERTO BELLÍSSIMO RODRIGUES.

Idade: 42 anos.

Profissão: Administrador.

CPF: 251.674.028-08.

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Comitê de Finanças.

Órgão: Comitê de Finanças.

Data de Eleição: 22/03/2012.

Data de Posse: Em até 30 dias da data de eleição.

Prazo de Mandato: Até a posse dos eleitos em 2013.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Foi eleito pelo Controlador: Sim.



magazineluiza
vem ser feliz



12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas;

Joaquim Francisco De Castro Neto, Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e fez especialização em Administração de Vendas e em Marketing e Desenvolvimento de Novos Produtos pela IMEDE em Lausane, Suíça. Iniciou sua carreira atuando na área de investimentos no Banco Crefisul de Investimentos e BFL Crédito Financiamento e Investimento S.A. no período de 1967 a 1971, bem como no Multibanco Banco de Investimentos S.A. de 1971a 1972, no Banco Nacional Brasileiro S.A 1972 a 1973, no Bansulvest – Banco de Investimentos S.A. e Finansul Crédito financiamento e Investimento S.A. de 1973 a 1974 e no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. de 1974 a 2008. Ocupou cargos executivos e de conselho no Unibanco Leasing S.A., no Banco Dibens, na Unicard, na Luizacred, no PontoCred, na Fininvest, na Asset Management, no Orbitall, Credicard e na Tecban. Foi membro do Conselho da Visa Latin American and Caribben, membro do conselho de administração da Prever S.A. e oresidente do conselho de administração da Redecard S.A.. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2007 e, a partir de 2008, tornou-se presidente do Conselho de Administração da Companhia.



magazineluiza
vem ser feliz



Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Diretora Presidente do Magazine Luiza. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor de Vendas e Marketing na companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato, Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupa desde 2009. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que lhe foi novamente atribuída em 2009. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para o biênio 2009-2010, e em 2011, foi eleita a vice-presidente. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Vice-Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A. e da LuizaCred S.A., tendo assumido os cargos em 2005 e 2002, respectivamente. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupa também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Ela também é conferencista em diversos eventos, onde relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas.

Onofre de Paula Trajano, Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Franca em 1967. Atua no Grupo Magazine Luiza, tendo atuado na MTG Administração Assessoria e Participações S/A – Holding Administrativa e Acionária, como Diretor Executivo; na LTD como Conselheiro e Diretor Executivo; na



magazineluiza
vem ser feliz



Luiza Administradora como Diretor Financeiro; na Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda. como Diretor Executivo; na Meta Veículos Ltda. como Diretor Executivo; na UBERVEL Uberaba Veículos e Peças Ltda. como Diretor Executivo; na Luiza Factoring como Diretor Executivo; na LuizaCred como Conselheiro suplente; na Luiza Participações como sócio e Diretor Executivo e atualmente na Companhia como membro do Conselho de Administração.

José Antônio Palamoni, Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas.

Carlos Renato Donzelli, Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Inês Corrêa de Souza, Graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Electric do Brasil AS entre 1973 e 1975. Trabalhou nas áreas de finanças e mercado de capitais na Companhia Vale do Rio Doce entre 1976



magazineluiza
vem ser feliz



e 1999. Além disso, atuou em posições de destaque como Diretora de Operações no Banco UBS entre 1999 e 2004. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Foi membro da AIG Private Banking Advisory Board no Brasil dentre 2004 e 2007. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Em janeiro de 2007, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador PAS nº 02/2003, instaurado para a apuração de responsabilidade dos administradores e do acionista controlador do Bompreço S.A. – Supermercados do Nordeste (“Bompreço”) e de eventos relacionados ao fechamento de capital do Bompreço e sua comunicação ao público, aplicou multa pecuniária ao Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, no montante de R\$250 mil, sendo que o mesmo foi absolvido da acusação de infração aos artigos 117, parágrafo 2º, 153 e 154, *caput*, da Lei nº 6.404/76. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva é atualmente nosso Diretor Superintendente e, à época dos fatos e antes de ingressar na Companhia, exercia o cargo de Diretor de Relações com Investidores do Bompreço. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva interpôs recurso, com efeito suspensivo, perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o qual está pendente de julgamento.



magazineluiza
vem ser feliz



Em dezembro de 2010, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 18/2008), instaurado para a apuração de responsabilidades dos administradores da Sadia S.A. por eventuais irregularidades relacionadas a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e na divulgação de informações, aplicou multa pecuniária no montante de R\$200 mil à Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração e Diretora Presidente e, à época dos fatos, também exercia o cargo de membro do Conselho de Administração da Sadia S.A.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

a. administradores do emissor

A Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é mãe do Diretor de Vendas e *Marketing*, Sr. Frederico Trajano Inácio Rodrigues, e é sobrinha do Conselheiro Sr. Onofre de Paula Rodrigues.

b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor

A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues (membro do Conselho da Luizaseg e Presidente do Conselho da Luizacred) é mãe do Sr. Frederico Trajano Inácio Rodrigues (membro suplente do Conselho da Luizaseg) e é sobrinha do Sr. Onofre de Paula



magazineluiza
vem ser feliz



Rodrigues (diretor da Luiza Administradora de Consórcios e membro suplente do Conselho da Luizacred).

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.

Nosso Diretor Comercial, Sr. Fabrício Bittar Garcia, é irmão de Flávia Bittar Garcia e de Franco Bittar Garcia, que são titulares de ações da Companhia e sócios da Wagner Participações S.A., que também detém participação no Magazine Luiza S.A.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Administrador do Emissor

Nome do administrador	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	CPF	052.571.868-02
Nome empresarial do emissor ou controlada			
Nome	Magazine Luiza S.A.	CNPJ	47.960.950/0001-21
Cargo	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração		

Pessoa relacionada

Nome do administrador	Onofre de Paula Trajano	CPF	026.538.268-87
Nome empresarial do emissor ou controlada			
Nome	LTD Administração e Participações S.A.	CNPJ	66.117.474/0001-26
Cargo	Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração		
Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada	sobrinha		



magazineluiza
vem ser feliz



Administrador do Emissor

Nome do administrador	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	CPF	052.571.868-02
Nome empresarial do emissor ou controlada			
Nome	Magazine Luiza S.A.	CNPJ	47.960.950/0001-21
Cargo	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração		

Pessoa relacionada

Nome do administrador	Onofre de Paula Trajano	CPF	026.538.268-87
Nome empresarial do emissor ou controlada			
Nome	Luiza Participações S.A.	CNPJ	00.835.086/0001-72
Cargo	Diretor Executivo		
Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada	sobrinha		



magazineluiza
vem ser feliz



12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Exercício Social **31/12/2011**

Administrador do emissor

Nome do administrador Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues CPF 052.571.868-02

Cargo/Função do Adm. Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Luiza Participações S.A.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ 00.835.086/0001-72

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Diretora Vice-Presidente e detentora de 52,63% do capital votante, e 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Controle

Tipo de pessoa relacionada Controlador Indireto

Observações Não há.



magazineluiza
vem ser feliz



Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

Nome do administrador	Fabício Bittar Garcia	CPF	212.460.718-94
Cargo/Função do Adm.	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Wagner Garcia Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CNPJ	01.878.512/0001-18
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora indireta.		
Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada	Controle		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto		
Observações	Não há.		



magazineluiza
vem ser feliz



Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

Nome do administrador Onofre de Paula Trajano CPF 026.538.268-87

Cargo/Função do Adm. Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Luiza Participações S.A.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ 01.878.512/0001-18

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Diretor Presidente e detentor de 47,36% do capital votante e 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Controle

Tipo de pessoa relacionada Controlador Indireto

Observações Não há.



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO IV
Item 13 do Formulário de Referência
Instrução CVM nº 480, de 17 de Dezembro de 2009

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A nossa política de remuneração para os nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, Administradores) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos Administradores e recompensar-lhes pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

Apenas nossos conselheiros independentes são remunerados em razão de sua participação nas reuniões do Conselho de Administração, portanto, nossa política de remuneração não é aplicável a esse órgão. Tal critério também é estendido aos membros dos comitês, visto que somente os membros independentes possuem remuneração em razão da participação nas reuniões dos comitês.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos conselheiros independentes, dos quais um conselheiro tem remuneração fixa mensal de R\$10.000,00 e outro têm remuneração de R\$10.000,00 por reunião realizada.



magazineluiza
vem ser feliz



Diretoria:

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderão ser outorgadas a eles opções de compra de ações de nossa emissão. Além disso, nossos diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro, telefone, plano de saúde e vale refeição.

Conselho Fiscal:

Não possuímos Conselho Fiscal instalado até esta data.

Comitês:

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos membros independentes, dos quais um membro tem remuneração fixa mensal de R\$13.000,00 e outro têm remuneração de R\$10.000,00 por reunião realizada.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não há percentual pré-estabelecido para cada elemento na remuneração total. A remuneração variável dos Administradores é calculada por múltiplos de salário com limite máximo de 10 salários para os diretores estatutários e de 6 salários para os diretores não estatutários.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.



magazineluiza
vem ser feliz



c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada ao valor do nosso lucro líquido. O nosso Conselho de Administração não tinha direito à remuneração variável até 31 de dezembro de 2011. A partir de 04 de janeiro de 2012, a Companhia outorgou opções de compra de ações a 02 (dois) membros do Conselho de Administração. No ano de 2012, foram estabelecidos critérios idênticos aos de 2011.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável de remuneração está vinculada ao resultado anual, que são pagos a diretores a título de bônus, bem como ao valor de mercado da Companhia, em razão da outorga de opções de compra de ações da Companhia. Metade da remuneração variável é atrelada ao desempenho da empresa como um todo, tendo como resultado do lucro líquido. Nossos Administradores são avaliados anualmente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projetos diversos.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário do emissor

Não há.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012 (estimado) – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Remuneração fixa anual			Não há	
Salário ou pró-labore	120.000	5.840.894	Não há	5.960.894
Benefícios direto e indireto	Não há	250.000	Não há	250.000
Participações em comitês	216.000	Não há	Não há	216.000
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	70.000	Não há	Não há	70.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	406.000	6.090.894	Não há	6.496.894



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Remuneração fixa anual			Não há	
Salário ou pró-labore	120.000	5.547.131	Não há	5.667.131
Benefícios direto e indireto	Não há	273.500	Não há	273.500
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	4.430.000	Não há	4.430.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	30.000	Não há	Não há	30.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	150.000	10.250.631	Não há	10.400.631



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	07	07	Não há	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000	4.412.000	Não há	4.532.000
Benefícios direto e indireto	Não há	12.993	Não há	12.993
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	4.680.000	Não há	4.680.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	60.000	Não há	Não há	60.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	180.000	9.104.993	Não há	9.284.993



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	07	07	Não há	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000	2.470.000	Não há	2.590.000
Benefícios direto e indireto	Não há	Não há	Não há	Não há
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus	Não há	3.333.000	Não há	3.333.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	60.000	Não há	Não há	60.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	180.000	5.803.000	Não há	5.983.000



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro 2012 (estimado) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.430.000	Não há	Não há	4.430.000
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº. de membros	07	07	Não há	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	5.070.000	Não há	5.070.000
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº. de membros	07	07	Não há	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	3.333.000	Não há	3.333.000
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há



magazineluiza
vem ser feliz



13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não houve outorga de opções de compra de ações no último exercício social. Para o exercício social corrente, foram feitas outorgas de compra de ações para alguns 02 (dois) conselheiros, 05 (cinco) diretores estatutários, 10 (dez) diretores não-estatutários e um diretor de empresa controlada.

a. Termos e condições gerais

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão, (“Plano”) foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 01 de abril de 2011. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”) nos termos de nosso Plano os nossos administradores, empregados ou prestadores de serviços ou os administradores, empregados ou prestadores de serviços de sociedades sob o nosso controle (“Beneficiários”). Ele será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do Plano. Tal órgão é competente para (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano.

b. Principais objetivos do plano

Os objetivos principais do nosso Plano são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados as Beneficiários.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se



magazineluiza
vem ser feliz



efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento de opções de compra de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.



magazineluiza
vem ser feliz



g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme o item f. acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano não podem ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme o Plano, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Conforme o Plano, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

k. Forma de liquidação

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

Nos termos do nosso Plano, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções,



magazineluiza
vem ser feliz



podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12 (doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer



magazineluiza
vem ser feliz



indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.



magazineluiza
vem ser feliz



13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Magazine Luiza S.A. (Emissor)

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	6.840	0,00366%	0,00366%
Diretoria	Ações Ordinárias	26.562	0,01424%	0,01424%

F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda (Controlada)

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Quota	1	0,00002%	0,00002%
Diretoria	Quota	-	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

Em 04 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de 3.524.732 opções para seus Administradores, sendo 02 (dois) membros do Conselho de Administração, 05 (cinco) Diretores Estatutários, 10 (dez) diretores não estatutários e um diretor de empresa controlada.

Foram firmados dois tipos de contratos com os Administradores. Para um dos Administradores foi aprovada a outorga de 2.250.000 opções. O contrato com ele firmado estabelece o exercício das opções da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos no ato da outorga;



magazineluiza
vem ser feliz



- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.012;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.013;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.014; e
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.015.

Com os demais administradores os contratos estabelecem o exercício das opções da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.012;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.013;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.014;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.015; e
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.016.

Abaixo apresentamos a remuneração dos Administradores baseada em ações previstos para 2012.

Conselho de Administração	
Número de membros beneficiários do Plano: 02	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga-----	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas -----	233.126
	01/03/2012
	01/03/2013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ----	01/03/2014
	01/03/2015
	01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções-----	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações -----	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	



magazineluiza
vem ser feliz



Em aberto no início do exercício social---	R\$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social -----	N/A
Exercidas durante o exercício social -----	N/A
Expiradas durante o exercício social -----	N/A
Valor justo das opções na data da outorga -----	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	0,125%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

Diretoria Estatutária

Número de membros beneficiários do Plano: 05

Em relação a cada outorga de opções:	Contrato 1	Contrato 2
Número de Membros por Contrato:	01	04
Data da Outorga-----	04/01/2012	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas -----	2.250.000	484.902
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ----	04/01/2012 01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções-----	04/01/2020	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações -----	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social ---	R\$ 10,32*	R\$ 13,60**
Perdidas durante o exercício social-----	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social -----	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social-----	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga-----	R\$ 10,32	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	1,206%	0,26%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 31 de agosto de 2011.

** O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.



Diretoria Não Estatutária

Número de membros beneficiários do Plano: 10	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga-----	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas-----	507.748
Prazo para que as opções se tornem exercíveis-----	01/03/2012
	01/03/2013
	01/03/2014
	01/03/2015
	01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções -----	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações-----	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social----	R\$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social-----	N/A
Exercidas durante o exercício social-----	N/A
Expiradas durante o exercício social-----	N/A
Valor justo das opções na data da outorga-----	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	0,272%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

Diretoria de Empresa Controlada

Número de membros beneficiários do Plano: 01	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga-----	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas-----	48.956
Prazo para que as opções se tornem exercíveis-----	01/03/2012
	01/03/2013
	01/03/2014
	01/03/2015
	01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções-----	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações -----	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social----	R\$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social-----	N/A
Exercidas durante o exercício social -----	N/A



magazineluiza
vem ser feliz



Expiradas durante o exercício social-----	N/A
Valor justo das opções na data da outorga-----	R\$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas -----	<u>0,026%</u>

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não havia sido feita nenhuma outorga ao final do último exercício social. A outorga das opções ocorreu em 4 de janeiro de 2012.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve exercício de opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais, pois a outorga das opções ocorreu em 4 de janeiro de 2012.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Para definir a precificação do valor das ações e das opções, foi utilizada a metodologia *Expected Growth*.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável visto que não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários até esta data.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBVESPA

13.11. Indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Exercício Social de 2011 – Valores Anuais

<i>(Em reais)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	06	Não há
Valor da maior remuneração individual	120.000	1.483.900	Não há
Valor da menor remuneração individual	30.000	626.494	Não há
Valor médio da remuneração individual	25.000	924.522	Não há

Exercício Social de 2010 – Valores Anuais

<i>(Em reais)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	07	Não há
Valor da maior remuneração individual	10.000	1.430.000	Não há
Valor da menor remuneração individual	10.000	401.000	Não há
Valor médio da remuneração individual	10.000	654.000	Não há
Observação: -			

Exercício Social de 2009 – Valores Anuais

<i>(Em reais)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	07	07	Não há
Valor da maior remuneração individual	10.000	1.200.000	Não há
Valor da menor remuneração individual	10.000	378.000	Não há
Valor médio da remuneração individual	10.000	401.000	Não há
Observação: -			



magazineluiza
vem ser feliz



13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2011	2010	2009
Conselho de Administração	1,88%	0,28%	0,35%
Diretoria Estatutária	85%	8%	11%
Conselho Fiscal	N/A	NA%	NA%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz

 **MGLU3**
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 13 do Formulário de Referência.